PLANO DE GOVERNO



Coordenadora do Plano de Governo:
Sandra Goulart Almeida
Assessoria e edição:
Ludmila Gomides Freitas

GOVERNADOR PATRUS 13
VICE JARBAS SOARES

SUMÁRIO

Apresentação

1.Educação 6
Educação Básica – da Educação Infantil ao Ensino Médio
Educação Profissional Técnica
Educação Superior

2.Saúde 13

3.Segurança Alimentar, Moradia, Assistência Social e Políticas de Cuidado. . . . 17
Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
Políticas Sociais e de Cuidados
Moradia

4.Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável 22
Enfrentamento à crise climática, justiça e governança climática
Saneamento Básico em Minas Gerais
Direito dos Animais

5.Política Minerária Soberana 27
Mineração Responsável e Desenvolvimento Regional
Minerais Críticos, Terras Raras e Justiça Territorial

6.Ciência, Tecnologia e Inovação 31

7.Segurança Pública Cidadã. 35

8.Desenvolvimento Produtivo, Competitivo e Inclusivo 39
Diversificação econômica
Trabalho e Emprego
Emprego verde como estratégia de desenvolvimento econômico

9.Agronegócio, Agricultura Familiar e Agroecologia de Minas Gerais. 44
Ações para o Agronegócio de Minas Gerais
Ações para a Agricultura Familiar e Urbana e para Agroecologia de Minas Gerais

10.Finanças Públicas, Tributação e Política Fiscal 48
Dívida Pública e Propag
Preparar Minas para o novo modelo tributários

11.Desenvolvimento Regional, Integração e Infraestrutura de Minas Gerais . . . 52
Desenvolvimento e Integração Regional
Mobilidade e Infraestrutura
Infraestrutura para o desenvolvimento social e econômico

12.Desenvolvimento Territorial e Participativo de Minas Gerais 57

13.Cultura 60

14.Turismo, Esporte e Lazer 64
Turismo
Esporte e Lazer

15.Promoção dos Direitos Humanos, da Cidadania e da Igualdade 68
Políticas para as Juventudes; Igualdade Racial; Equidade de Gênero; Direitos das Mulheres, dos Povos Indígenas, das Comunidades Quilombolas e da População LGBTQIAPN+

16.Conclusões 72

17.Agradecimentos 73

APRESENTAÇÃO

Nosso plano de governo busca reposicionar Minas Gerais no cenário nacional, fortalecendo sua autonomia, seu protagonismo político e sua contribuição para o desenvolvimento do país. As propostas aqui reunidas organizam prioridades estratégicas para enfrentar os principais desafios do estado e orientar a ação do governo, reunindo forças políticas e sociais em torno da candidatura de Patrus Ananias e Jarbas Soares e de um novo projeto para Minas Gerais.

Esse plano é resultado de um processo coletivo que, ao longo da campanha, envolveu especialistas e pesquisadores; representantes de entidades; trabalhadores; movimentos sociais; representantes do meio empresarial, industrial e comercial e de outros setores da sociedade mineira. Esse conjunto de fundamentos, princípios e propostas expressa o compromisso do nosso futuro governo com a construção de um projeto democrático para Minas Gerais.

Apesar dos importantes investimentos sociais que o Governo Federal promoveu no Estado de Minas Gerais, o descompromisso do atual governo de Minas com as políticas públicas e sociais agravou problemas que são evidentes para quem vive no estado: a superlotação dos equipamentos de saúde, a crise na educação, o crescimento da população em situação de rua, o aumento da violência contra as mulheres, os crimes socioambientais, a falta de planejamento para enfrentar a emergência climática, o descaso com a infraestrutura e as rodovias estaduais, o caos no transporte público e no trânsito de grande parte das cidades, entre outros problemas. À revelia dos interesses populares, observamos nos últimos anos a sanha por privatizar estatais de referência para o Estado como a COPASA e Cemig, bem como diversos serviços de saúde e até a educação.

Para transformar essa realidade, nosso plano de governo reúne propostas para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental de Minas Gerais, articuladas em torno dos principais desafios do estado. Todos os aspectos são tratados a partir de três pilares que sustentam uma forma de planejar e executar as políticas públicas que visam a recuperar e ampliar as capacidades da economia mineira e promover qualidade de vida para a população, sempre respeitando e valorizando a diversidade cultural, territorial e populacional do estado. São eles:

1) Prioridades no planejamento e na gestão das políticas públicas

Visando a reduzir as desigualdades econômicas e sociais de Minas Gerais, propõe-se critérios de justiça distributiva com relação aos recursos do estado, de maneira a priorizar regiões e territórios historicamente excluídos e vulnerabilizados. A inversão de prioridades com relação ao que se observou nos últimos anos é, portanto, uma mudança de mentalidade com relação às responsabilidades do Estado e chave para se alcançar a universalização de direitos e o acesso da população mais vulnerabilizada a serviços de saúde, educação, habitação, mobilidade, saneamento, segurança pública, esporte e cultura.

A transformação digital e as potencialidades trazidas pelas tecnologias de inteligência artificial podem representar uma oportunidade para construir um Estado mais eficiente, transparente, participativo e orientado por evidências. Nosso plano de governo prevê o uso ético e responsável dessas tecnologias, colocando-as a serviço da população, conjugado com uma atenção humanizada, da melhoria da eficácia dos serviços públicos, da redução das desigualdades, do combate à desinformação e do fortalecimento da democracia.

2) Participação popular, gestão democrática e descentralização administrativa

O estabelecimento das prioridades e os novos critérios redistributivos serão debatidos e elaborados coletivamente, a partir de processos envolvendo métodos de planejamento e orçamento participativo já amplamente conhecidos e consolidados, assim como novas tecnologias de diálogo e escuta da população, combinando espaços contínuos de diálogos presenciais e por meio de plataformas digitais, assegurando a participação plural e representativa da diversidade social, territorial, étnico-racial, geracional e de gênero de Minas Gerais. A participação é, portanto, mais do que um instrumento de consulta eventual. É forma e método de construir, implementar e monitorar políticas públicas.

Recuperando e atualizando as experiências participativas de Patrus Ananias como prefeito de Belo Horizonte, uma administração estadual mais descentralizada, menos concentrada apenas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, permitirá ao Estado compreender melhor os desafios locais e regionais, assim como elaborar melhores respostas para a especificidade desses desafios, trazendo a administração estadual para mais perto da vida dos mineiros.

3) Desenvolvimento das potencialidades mineiras, respeitando e valorizando a diversidade econômica, cultural e territorial de Minas Gerais

É compromisso de Patrus Ananias dar o devido valor à relevância territorial, histórica e cultural do estado de Minas Gerais. O reconhecimento e a valorização da riqueza de nossa gente e de nosso território serão processados por meio da recuperação das capacidades de desenvolvimento das diversas regiões do estado. Os instrumentos de planejamento e de financiamento do desenvolvimento serão organizados para potencializar as capacidades já instaladas e abrir novos caminhos de geração de oportunidades, trabalho, renda e qualidade de vida para o povo mineiro, fortalecendo a soberania de Minas Gerais sobre seus recursos estratégicos e suas capacidades produtivas. Nesse sentido, firma-se o compromisso com um modelo de desenvolvimento socioambientalmente sustentável, com a proteção e a valorização do meio ambiente, a preservação cultural, o enfrentamento das mudanças climáticas, e o respeito aos variados biomas, fauna, flora, serras e águas de Minas, preparando nosso estado para uma transição energética socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente equilibrada.

Assim, resgatam-se princípios que Patrus Ananias sempre defendeu e colocou em prática ao longo de sua trajetória nos poderes Executivo e Legislativo, em Belo Horizonte

e no Brasil. Não há sociedade verdadeiramente justa e desenvolvida enquanto houver pessoas passando fome, sem moradia digna ou sem proteção social. Por isso, o cuidado deve orientar as políticas públicas e a construção de uma ampla rede de proteção, que garanta direitos, dignidade e a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Minas precisa retomar o desenvolvimento, fortalecer sua capacidade produtiva e gerar riqueza, fazendo com que seus frutos se traduzam em melhores condições de vida para todo o povo mineiro.

Minas Gerais precisa colocar a melhoria concreta da vida das pessoas no centro das decisões políticas, sociais e econômicas. Um estado rico em recursos naturais, conhecimento, cultura, ciência e capacidade produtiva não pode conviver com desigualdades que limitam o acesso a direitos e oportunidades. É preciso mudar a lógica de desenvolvimento para que a riqueza produzida em Minas esteja a serviço de quem aqui vive, trabalha e constrói o estado, priorizando educação, saúde, segurança, cultura, moradia, trabalho digno, mobilidade, saneamento, proteção ambiental e redução das desigualdades territoriais. É a partir dessa escolha — colocar a vida das pessoas em primeiro lugar — que apresentamos as propostas a seguir. Elas procuram traduzir, em ações concretas, o compromisso de enfrentar desigualdades, recuperar a economia mineira e gerar riquezas, cuidar dos nossos territórios e ampliar direitos. São propostas para construir uma Minas Gerais mais justa, sustentável e solidária, onde a riqueza do estado esteja a serviço do povo mineiro e se transforme em dignidade, direitos, oportunidades e futuro



EDUCAÇÃO

GOVERNADOR
PATRUS 13
VICE JARBAS SOARES

A educação é um direito de todas as pessoas e um dever do Estado, indispensável para assegurar o pleno desenvolvimento humano, a cidadania e a igualdade de oportunidades. Garantir esse direito, com acesso, permanência, aprendizagem e qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, deve ser um compromisso central do poder público.

Além de constituir um direito fundamental, a educação é um dos pilares do desenvolvimento social, econômico e sustentável de Minas Gerais. A educação amplia oportunidades, contribui para a redução das desigualdades sociais e econômicas e cria condições para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população. A educação também fortalece a democracia, ao formar cidadãos e cidadãs conscientes de seus direitos e responsabilidades, capazes de exercer o pensamento crítico, participar da vida pública e contribuir para as decisões que dizem respeito à sociedade.

Investir em uma educação pública de qualidade, acessível a todas e todos, da educação infantil ao ensino superior, significa, portanto, assegurar um direito e, ao mesmo tempo, investir no futuro de Minas Gerais. É uma condição essencial para promover maior justiça social, melhorar as condições de saúde e de vida da população, ampliar as possibilidades de desenvolvimento econômico e construir um Estado mais democrático, próspero, sustentável e menos desigual.

Uma proposta para Minas Gerais deve estabelecer a educação como direito a partir de uma perspectiva da educação inclusiva e diversa, reconhecendo que o aprendizado depende também de saúde, alimentação adequada, moradia, segurança, vínculos familiares e comunitários e condições de vida dignas. Para isso, o plano de governo de Patrus para Minas prevê o fortalecimento da articulação entre as políticas públicas e a cooperação com os Municípios, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento integral dos estudantes.

No nosso governo será priorizada a atenção à educação, em todos os níveis. Vamos promover uma política educacional comprometida com a diversidade, a inclusão e as desigualdades territoriais de Minas Gerais, reconhecendo as especificidades das diferentes regiões, das populações urbanas e rurais, do campo, das águas e das florestas, dos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

As políticas educacionais deverão considerar as desigualdades regionais e territoriais na distribuição de recursos, infraestrutura, profissionais e oportunidades educacionais, garantindo condições adequadas de acesso, permanência e aprendizagem em todas as regiões de Minas Gerais, em estreita parceria com os Municípios.

Educação Básica – da Educação Infantil ao Ensino Médio

A educação pública de Minas Gerais precisa de um projeto robusto e uma política de longo prazo, com estabilidade e segurança. A prioridade é garantir o aprendizado de qualidade para cada criança e jovem do nosso estado. Nosso plano de governo assume o compromisso de resgatar a escola pública mineira, unindo investimentos e políticas públicas para a Educação Básica de Minas Gerais, focando na melhoria da infraestrutura escolar, na modernização tecnológica, na valorização contínua dos professores e na redução das desigualdades regionais. O Estado precisa investir na educação integral, bem como conectar o aprendizado às demandas tecnológicas contemporâneas, garantindo o acesso e a permanência dos estudantes na escola.

Minas Gerais possui uma ampla Rede de Educação Básica, organizada em regime de colaboração entre Estado e municípios. Enquanto os municípios concentram a oferta da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, cabe ao Estado a principal responsabilidade pelos anos finais, pelo ensino médio e pela maior parte da Educação de Jovens e Adultos. A dimensão dessa Rede torna ainda mais importante assegurar que todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos tenham efetivamente garantido o seu direito à educação, o que significa não apenas ter acesso à escola e nela permanecer, mas desenvolver os conhecimentos, as capacidades e as aprendizagens essenciais previstos para cada etapa de sua trajetória escolar.

Há evidências de que esse direito à aprendizagem ainda não vem sendo plenamente assegurado em Minas Gerais. Essa realidade aparece inclusive nos indicadores educacionais atualmente utilizados, apesar de suas limitações e de não expressarem, por si sós, a complexidade e a diversidade das aprendizagens que a escola deve promover. Os resultados disponíveis mostram dificuldades persistentes ao longo da educação básica, particularmente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. O desafio, portanto, não é simplesmente elevar índices ou cumprir metas de avaliações externas, mas construir uma política educacional capaz de acompanhar e promover as aprendizagens que concretizam o direito à educação, utilizando avaliações articuladas ao trabalho das escolas e sem transformar os testes e indicadores em um fim em si mesma.

Diante desse quadro desafiador, apresentamos as seguintes propostas:

- Reforçar a cooperação com os municípios nos anos iniciais, apoiando a melhoria da oferta e da aprendizagem.
- Assegurar, juntamente com os municípios, a ampliação e melhoria da infraestrutura física, a melhoria salarial dos professores e servidores do sistema educacional, bem como alimentação adequada aos estudantes em todos os níveis.
- Promover a ampliação progressiva do acesso ao ensino, em articulação com os Municípios e a União.
- Reforçar a cooperação com os municípios para estabelecimento de programas estaduais para a erradicação do analfabetismo.
- Estabelecer busca ativa de estudantes e estabelecimento de parcerias: a) utilizar cadastros como o do Programa Saúde da Família e do Cadastro Único (CadÚnico) para identificar pessoas não alfabetizadas em suas próprias residências; b) estimular que indústrias, comércios e o setor agropecuário ofereçam cursos de alfabetização dentro do ambiente de trabalho para seus funcionários.
- Fortalecer ações para alfabetização na idade certa: garantir que 100% das crianças matriculadas nos anos iniciais da rede pública terminem o 2º ano do Ensino Fundamental plenamente alfabetizadas.
- Ampliar o quadro de servidores efetivos da rede estadual de educação, reduzindo gradualmente a dependência de contratos temporários e garantindo maior estabilidade às equipes das escolas.
- Valorizar os profissionais da educação, provendo ações que permitam o pagamento do piso nacional estabelecido, garantindo melhores condições de trabalho e atenção à promoção da saúde mental dos docentes.

- Promover a construção do novo Plano Estadual de Educação e apoiar a organização da Conferência Estadual de Educação para subsidiar esse novo Plano.
- Reelaborar o projeto educacional, com a participação efetiva de profissionais, estudantes e famílias, de forma que garanta o acesso, a permanência e a conclusão dos estudantes da educação básica.
- Fortalecer a gestão pedagógica das escolas estaduais, definindo com clareza as aprendizagens essenciais a serem asseguradas em cada etapa da educação básica, organizando processos de ensino que favoreçam seu desenvolvimento e utilizando avaliações formativas para acompanhar continuamente a evolução dos estudantes, identificar dificuldades e orientar intervenções pedagógicas que garantam o direito de todos à aprendizagem e à progressão adequada ao longo de sua trajetória escolar.
- Consolidar a avaliação de todas as escolas públicas do Estado, de forma a produzir diagnósticos para viabilizar formação em serviço com foco na aprendizagem dos estudantes.
- Ampliar e fortalecer a Educação de Jovens e Adultos estadual, especialmente no ensino médio, aumentando a oferta e criando melhores condições para a permanência dos estudantes.
- Promover a participação da comunidade escolar e da família na construção da escola.
- Articular com os municípios a ampliação progressiva das matrículas da educação básica em tempo integral, visando, a médio e longo prazos, a escola em tempo integral para todos os estudantes.
- Integrar o ensino médio à formação técnico-profissional, promovendo programas de capacitação para preparar o jovem do ensino médio para a cidadania e o trabalho.
- Fortalecer programas de combate à evasão, monitorando a frequência e oferecendo apoio social a grupos vulnerabilizados.
- Apoiar a criação do Pé de Meia Mineiro.
- Estabelecer a reestatização nas escolas estaduais privatizadas e o fim da militarização das escolas.
- Assegurar, em regime de colaboração com os municípios, o acesso e a permanência na escola de todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, fortalecendo a busca ativa e a atuação intersetorial para identificar e superar as causas da exclusão escolar.
- Promover um Programa Estadual de Boa Convivência nas Escolas, integrando educação, saúde, assistência social, justiça e segurança pública para prevenir a violência, propiciar a cultura de paz, ampliar o apoio psicossocial, estabelecendo ações para qualificar a mediação de conflitos no ambiente escolar, de modo a prevenir o bullying e a violência.
- Fortalecer o trabalho com os gestores das escolas e suas equipes para impulsionar a gestão e as ações pedagógicas.
- Fortalecer institucionalmente as instituições do Estado - Fundação Educacional Caio Martins - FUCAM, Fundação Helena Antipoff e Ultramig - para atuarem como Polos Locais e Regionais de Educação, ampliando os territórios e itinerários de aprendizagens dos estudantes da Educação Básica.

- Desenvolver ações de letramento midiático voltadas à identificação e ao combate à desinformação, ao exercício da cidadania e ao fortalecimento da democracia.
- Promover a educação especial para avançar no acolhimento a todas as crianças e jovens, ampliando as equipes e os espaços de atendimento.
- Fortalecer a Educação Escolar Indígena, garantindo uma educação diferenciada, intercultural, bilíngue e comunitária, respeitando a territorialidade, o tempo, a língua e as especificidades das diversas etnias presentes no Estado, atuando para que as escolas das aldeias sejam espaços de pertencimento, preservação de sua história e sua identidade e construção de futuro.
- Fortalecer a Educação do Campo em Minas Gerais, valorizando e garantir a permanência das escolas e impedindo seu fechamento, assegurando currículos construídos a partir das realidades territoriais, culturais, ambientais e produtivas dos povos do campo, das florestas e das água; procurando prover financiamento, infraestrutura adequada, transporte, alimentação escolar de qualidade e formação continuada das educadoras e dos educadores, respeitando as especificidades dos territórios e das comunidades rurais.
- Fortalecer a formação inicial e continuada de educadoras e educadores da educação da cidade e do Campo, ampliando a articulação entre universidades públicas, institutos federais, redes públicas de ensino e movimentos sociais, valorizando a

Educação Profissional Técnica

Além de prever metas e objetivos condizentes com o Plano Nacional de Educação e com o Programa Juros por Educação do Governo Federal, estamos diante da possibilidade de se pensar em um Plano para a Educação Profissional Técnica (EPT) de Minas Gerais.

Propostas

- Definir eixos prioritários para a EPT em Minas Gerais, em diálogo com os Municípios e setores de empresas, indústria e comércio.
- Ofertar vagas diretamente em Educação Profissional Técnica pelo Estado de Minas Gerais.
- Construção de uma Rede Estadual de Escolas Técnicas de Minas Gerais.
- Fomentar a formação de professores, técnicos e gestores em EPT, em parceria com a UEMG, Unimontes e universidades federais.
- Estruturar uma Plataforma Didática para professores, técnicos e gestores da EPT.
- Organizar, em parceria com Fapemig e com as indústrias mineiras, projetos de estímulo à inovação e à estruturação de Empresas Juniores e projetos de empreendedorismo voltados para estudantes das EPT.
- Promover programas de estímulo ao estágio, ao Programa de Aprendizagem e a um Programa do Primeiro Emprego, em diálogo com setores de empresas, indústria e comércio.
- Promover a estruturação de um Programa de Aprendizagem fora da sala de aula, com estímulo a visitas técnicas, integração com setores empresariais e culturais.

Educação Superior

Minas Gerais possui, entre todos os entes federativos, o maior número de instituições públicas de educação superior, incluindo a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), as universidades federais e os institutos federais. São ao todo 19 Instituições Públicas de Educação Superior no Estado. Essas instituições são pilares fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico, cultural e científico de Minas Gerais e serão chamadas para colaborarem na construção de políticas públicas e no desenvolvimento do Estado.

No caso da UEMG e a Unimontes, universidades estaduais de responsabilidade do Governo do Estado, é preciso ter políticas robustas para sua manutenção e desenvolvimento, garantindo condições para que cumpram o papel estratégico que têm para o Estado. Juntas, essas duas instituições de ensino superior desempenham papel crucial na interiorização da educação, promovendo redução das desigualdades regionais e acesso a milhares de estudantes no interior do Estado. Enquanto a UEMG possui dezenas de unidades acadêmicas espalhadas por diversas regiões mineiras, a Unimontes atende fortemente o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha. O impacto dessas universidades vai muito além da formação acadêmica e profissional, funcionando como motores de desenvolvimento social e econômico e de assistência social para as comunidades do entorno. Além disso, desenvolvem pesquisas aplicadas que resolvem problemas econômicos, logísticos, agrícolas e sociais específicos de cada região, são responsáveis pela formação de uma parcela significativa dos professores que atuam nas escolas estaduais e municipais, levam atendimento jurídico gratuito, cursinhos populares, suporte psicológico e capacitação profissional à população e preservam a identidade e o patrimônio histórico mineiro por meio de festivais, museus e incentivo às artes e cultura locais.

UEMG e Unimontes são ferramentas indispensáveis do governo estadual para promover a justiça social, a inovação, o desenvolvimento social e o crescimento econômico sustentável em todo o território mineiro. Para tanto, é imprescindível que sejam financiadas de forma adequada, valorizando a carreira do pessoal docente e técnico-administrativo, e garantindo adequada inclusão e permanência dos estudantes.

Propostas:

- Reafirmar a UEMG e a Unimontes como universidades estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico de Minas Gerais, assegurando financiamento adequado, valorização das carreiras, realização de concursos, ampliação da infraestrutura.
- Fortalecer a atuação da UEMG e da Unimontes no desenvolvimento regional, institucionalizando as políticas de financiamento de projetos de pesquisa e extensão, ampliando as ações de pesquisa, extensão e a inovação em articulação com os municípios, os arranjos produtivos locais e as demandas sociais de cada território.
- Respeito à autonomia universitária, apoiando a realização de eleições diretas para as Reitorias da UEMG e Unimontes.
- Aprimorar os planos de carreira, com implementação da Dedicação Exclusiva para os docentes, a promoção por escolaridade para os servidores técnicos administrativos e instituir funções gratificadas para a Gestão Universitária.

- Fortalecer a política de assistência estudantil por meio da ampliação de benefícios e bolsas, com a implantação e manutenção de restaurantes universitários.
- Retomar investimentos na infraestrutura predial e modernização de laboratórios, com prioridade para a finalização de obras inacabadas nos campi.
- Fortalecer o papel da Fapemig, ampliando os investimentos em ciência, tecnologia e inovação e a interação com as universidades estaduais.
- Criar uma articulação entre todas as instituições públicas de educação superior do Estado para que possam atuar na formulação e execução de políticas públicas para o desenvolvimento social e econômico do Estado.
- Estabelecer parceria entre as as Instituições de Educação Superior e de Pesquisa do Estado para criação de um plano estratégico de pesquisa e inovação voltado ao desenvolvimento do Estado, fortalecendo os parques tecnológicos e criando uma política estadual para terras raras e materiais críticos, em associação com o Governo Federal.



SAÚDE

GOVERNADOR
PATRUS13
VICE JARBAS SOARES

A saúde é um direito fundamental e deve ser garantido por meio de um SUS público, universal, integral e de qualidade. Nosso governo atuará para ampliar o acesso aos serviços de saúde, reduzir filas e tempos de espera em todos os níveis de atenção, fortalecer a atenção primária, qualificar a assistência especializada e de alta complexidade e articular os serviços em redes de atenção, assegurando atendimento integral à população. Vamos ampliar a parceria do Governo de Minas com o Governo Federal para fortalecer e aprimorar as políticas de saúde no estado, como estratégia central para ampliar o acesso, qualificar os serviços e garantir uma atenção integral à saúde da população.

Propostas:

- Fortalecer a atenção primária à saúde, que é uma típica função municipal, com aporte técnico e financeiro por parte do Estado (Secretaria Estadual de Saúde/ SES), fundado em metas de qualidade do cuidado e de sua relação com a rede de atenção, com vistas ao aumento de sua resolubilidade e eficiência. Ampliação da cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e das equipes multiprofissionais, incluindo a saúde mental e a saúde bucal.
- Tratar como prioridade a implantação da Política Nacional de Atenção Especializada com todos os seus componentes, a começar da prioridade ao Programa Agora Tem Especialistas – PATE – como forma de reduzir os tempos de espera em todas as regiões do estado para consultas de especialistas, exames diagnósticos, procedimentos ambulatoriais e cirurgias eletivas. Monitorar rigorosamente os tempos de espera a partir da implantação de um sistema estadual de informação com interoperabilidade com todos os municípios e seus sistemas próprios, assim como com a Rede Nacional de Dados em Saúde.
- Valorizar as trabalhadoras e trabalhadores do SUS, por meio de política permanente de formação, educação continuada, dimensionamento adequado das equipes, melhoria das condições de trabalho e fortalecimento da gestão pública do sistema, assim como estimulando e ampliando os espaços e fóruns de participação interna e a humanização do trabalho em saúde.
- Fortalecer a Mesa de Negociação Permanente do SUS Estadual.
- Revisar os Planos de Cargos e Carreiras da SES com a participação dos trabalhadores.
- Redimensionar as equipes regionais de saúde com o objetivo de fortalecimento e ampliação da sua atuação para maior apoio às Secretarias Municipais buscando uma melhor atuação e articulação nas regiões de saúde.
- Apoiar os municípios mineiros no processo de planejamento e gestão do SUS para o desenvolvimento de políticas de saúde focadas no cidadão e em consonância com as especificidades regionais, com transparência e participação social.
- Efetivar a implementação da Regionalização da Saúde em todo o território mineiro, como forma de ter um diagnóstico dinâmico da situação da saúde, diagnóstico claro da rede assistencial em todos os níveis de atenção, mapeamento dos vazios assistenciais temáticos e um plano de investimentos para redução das desigualdades.
- Garantir a plena implementação do processo de regionalização, fortalecendo as instâncias de governança do SUS (CIBs micro e CIB estadual) e equipes técnicas

qualificadas para implementar o plano e monitorar seu desempenho. Utilizar os dispositivos já previstos no PATE, como os Núcleos de Gestão do Cuidado e Núcleos de Apoio à Gestão – NAG e radicalizar sua implementação com recursos aportados pela SES. Estabelecer um plano estadual com traçado regional de monitoramento dos pacientes prioritários para cuidado continuado em parceria com os municípios, garantindo um cuidado oportuno e contínuo sob observação de equipes gestoras ou navegadoras do cuidado.

- Aprimorar a regulação estadual do SUS, garantindo que nenhum paciente fique sem atendimento por falhas de comunicação, informação ou gestão. A regulação deve ser regionalizada, integrada e transparente, com participação dos municípios e dos serviços de saúde, com critérios públicos de prioridade e informações atualizadas sobre filas e disponibilidade de leitos.
- Implementar no Estado a Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, fortalecendo e ampliando de forma consistente a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), ampliando os CAPS e os serviços territoriais, tendo em vista o novo perfil de adoecimento da contemporaneidade. Atuação prioritária na redução de danos garantindo os direitos das pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas.
- Promover a abordagem integral das pessoas com transtorno autista e outras neurodivergências em suas várias dimensões, incluindo a integração com as políticas de educação inclusiva e assistência social de alta complexidade.
- Consolidar a cobertura de 100% da Rede estadual de urgência e emergência do território mineiro do SAMU com os consórcios macrorregionais, ampliando o seu financiamento para melhoria do tempo resposta, do transporte eletivo de diferentes modalidades no caso dos procedimentos eletivos na forma de um Programa Estadual Caminhos da Saúde, ampliando as iniciativas do Governo Lula.
- Garantir atenção integral à saúde das mulheres no Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando atendimento humanizado, acesso à saúde sexual e reprodutiva, assistência à maternidade, e ações permanentes de prevenção e promoção da saúde.
- Estabelecer dispositivos e financiamento para a implementação da Rede de Atenção Obstétrica e Neonatal (componente estadual da Rede Alyne do MS) com diagnóstico atualizado por microrregião, fluxos definidos, regulação das situações de parto em evolução, com central de regulação, transporte seguro e disponível e definição clara das portas de entrada como casas de parto, maternidades de risco habitual e de alto risco. Ter como meta que cada gestante tenha garantido todo o seu pré-natal como previsto nos normativos do Ministério da Saúde, acesso ao parto seguro e humanizado, referência para alto risco quando necessário e suporte de UTI adulto e neonatal. Ampliação das Casas da Gestante e do Bebê, dos Centros Seguros de Parto Normal e estabelecimento de um Programa de ampliação da Enfermagem Obstétrica e do Programa de Doulas Comunitárias. Tratar a mortalidade materna e infantil como prioridade geral do Governo e de monitoramento contínuo.
- Implantar uma rede estadual de serviços de atendimento à mulher vítima de

violência em todas as suas dimensões.

- Promover o cuidado à saúde dos idosos de forma multidimensional, integrado à Política de Cuidados, incluindo iniciativas como os cuidadores comunitários, alimentação saudável, acesso às vacinas e academias da saúde, bem como cuidado em saúde mental e programa de atenção domiciliar quando necessário.
- Viabilizar a integração da APS, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e atenção especializada por meio de prontuário eletrônico compartilhado, estabelecimento de fluxos adequados de referência e contra referenciamento dos usuários e articulação com as ofertas de cuidado integrado (OCI).
- Fortalecer a rede pública de cuidado ao câncer em Minas Gerais garantindo o atendimento, em prazo menor que 60 dias após o diagnóstico, possibilitando o início do tratamento em tempo adequado e com maior efetividade.
- Construir mecanismos que fortaleçam a inserção das equipes de saúde bucal no trabalho interprofissional e na gestão do processo de trabalho na atenção básica, conforme preconizado pela APS e pela Estratégia de Saúde da Família. Em relação ao escopo de práticas, é fundamental a incorporação de procedimentos especializados de menor complexidade técnica no âmbito da APS, bem como da tecnologia necessária a esses tratamentos (Raios X, laboratório, insumos).
- Garantir projeto e investimento em saúde digital no estado para viabilizar a articulação dos serviços e atendimentos por meio das ferramentas digitais.
- Fortalecer e induzir por meio de financiamento diferenciado as políticas de saúde dos territórios em situação de vulnerabilidade social, como os das populações rurais, indígenas, quilombolas, pescadores, negros e pessoas em situação de rua, buscando reduzir as desigualdades sociais no atendimento e acesso à saúde.
- Criar uma Rede Estadual de Saúde Mental da Juventude, articulada ao SUS e ao SUAS e presente nas regiões de Minas, ampliando a Rede de Atenção Psicossocial, com ações de prevenção do suicídio, redução de danos e espaços de acolhimento e convivência.



SEGURANÇA ALIMENTAR, MORADIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS DE CUIDADO

GOVERNADOR
PATRUS 13
VICE JARBAS SOARES

Nenhuma sociedade é verdadeiramente justa e desenvolvida quando parte de sua população convive com insegurança alimentar, moradia precária ou ausência de proteção social. Nosso plano de governo fará dessas políticas um eixo estratégico da ação do Estado, fortalecendo a rede pública de proteção e cuidado, garantindo que os direitos sociais cheguem a quem mais precisa.

O cuidado parte do reconhecimento de que todas as pessoas, em diferentes momentos da vida, precisam cuidar e ser cuidadas. Por isso, esse princípio deve orientar as políticas públicas que garantem dignidade, autonomia e proteção – tarefa que deve ser partilhada entre Estado, famílias, comunidades e sociedade.

Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

A Segurança Alimentar e Nutricional é o primeiro degrau para o acesso à cidadania, um Direito Fundamental que antecede e viabiliza todos os demais. Sua garantia depende da atuação permanente do Estado e de políticas públicas vigorosas. Esse compromisso é a marca da trajetória de Patrus Ananias e se renova neste plano de governo.

Propostas:

- Transformar Minas Gerais em território livre da fome, por meio do fortalecimento da agricultura familiar e das cadeias produtivas, da ampliação de hortas, cozinhas comunitárias e restaurantes populares, visando à erradicação da insegurança alimentar e nutricional.
- Ampliar e articular, em Minas Gerais, a implementação das políticas federais de fortalecimento da agricultura familiar e de segurança alimentar, facilitando o acesso ao Pronaf, expandindo a participação de agricultores familiares no PAA e no PNAE e fortalecendo a atuação da Conab no estado.
- Fortalecer o CONSEA-MG, como espaço fundamental de participação e controle social das políticas de segurança alimentar e nutricional.
- Atuar em parceria com municípios, cooperativas e organizações da agricultura familiar para ampliar a produção e a comercialização de alimentos, gerar renda no campo e garantir o abastecimento de alimentos saudáveis à população.
- Ampliar as políticas de acesso à terra e de desenvolvimento rural, promovendo a regularização fundiária, a assistência técnica, o acesso ao crédito e à infraestrutura, além da inclusão produtiva dos assentamentos, contribuindo para a produção de alimentos e a geração de renda no campo.
- Integrar os usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do SUS às ações de segurança alimentar e nutricional por meio de oficinas terapêuticas de alimentação e nutrição, além do cultivo de hortas comunitárias no âmbito dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).
- Ampliar os investimentos em políticas públicas voltadas às mulheres camponesas, priorizando agroecologia, quintais produtivos, produção de alimentos saudáveis, sementes crioulas, gestão da água, economia solidária e desenvolvimento sustentável

dos territórios rurais.

- Fortalecer programas de habitação rural, infraestrutura comunitária e melhoria das condições de vida nos territórios rurais, assegurando moradia digna, acesso à água, saneamento, energia e demais serviços essenciais.
- Implementar o Plano Mineiro de Combate à Miséria, articulando as políticas de assistência social, segurança alimentar e nutricional, habitação, saúde, educação, trabalho e renda, com metas para a redução da pobreza e da extrema pobreza, financiamento adequado, participação e controle social e mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação.

Políticas Sociais e de Cuidados

Fortalecer as redes comunitárias, ampliar a oferta de serviços públicos e valorizar quem cuida são condições essenciais para reduzir desigualdades e fazer uma sociedade mais justa. Cuidar é promover a vida em todas as suas dimensões e esse é o compromisso do nosso plano de governo com os mineiros.

- Fortalecer as iniciativas e os territórios comunitários de cuidado, que já realizam ações de cuidado de idosos, pessoas com deficiência e crianças e adolescentes em todo o estado.
- Promover o fortalecimento e aprimoramento dos serviços dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) em parceria com os municípios, ampliando sua capacidade de prevenção, proteção e acompanhamento das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e violação de direitos. Fortalecer a rede de proteção social, com equipes qualificadas, estrutura adequada, busca ativa e atendimento humanizado, integrando os serviços às demais políticas públicas e garantindo acesso a direitos.
- Instituir o Conselho Estadual de Políticas de Cuidado, com a participação de órgãos públicos e representações da sociedade civil.
- Em parceria com os municípios, instituir centros de cuidado para idosos e populações em situação de rua.
- Implementar e fortalecer o Programa "A Vez Delas" em todo o estado, estruturando um banco de empregos, articulando serviços de atendimento às mulheres e políticas de qualificação profissional, para garantir acesso prioritário ao trabalho e à renda às mulheres em situação de violência, fortalecendo sua autonomia econômica.[2]
- Implementar uma política estadual integrada para as mulheres, partindo das deliberações da 5ª Conferência Estadual de Políticas para as mulheres, realizada em agosto de 2025, fortalecendo a prevenção e o enfrentamento à violência de gênero e contra as mulheres, promovendo a autonomia financeira por meio da qualificação profissional e da inclusão produtiva, expandir as políticas de cuidado e promover a equidade de gênero.
- Promover ações de atenção específica às meninas vítimas ou expostas à violência e

proteção integral às crianças órfãs do feminicídio, com acompanhamento continuado pelas redes sociais, de saúde e educação.

- Elaborar e implementar uma Política Estadual para o Envelhecimento Ativo e Saudável, preparando Minas Gerais para a transição demográfica e promovendo proteção, autonomia e qualidade de vida da população idosa, diante da perspectiva de que, em 2033, o estado terá mais pessoas com 65 anos ou mais do que crianças de até 14 anos.
- Garantir condições para que a maternidade não interrompa os projetos de vida das jovens, especialmente das mães solo, ampliando a oferta de creches públicas e articulando políticas de cuidado, assistência social, educação, qualificação profissional e inclusão produtiva, para assegurar a permanência nos estudos, o acesso ao trabalho e à renda e a construção de sua autonomia.

Moradia

A crise da moradia continua sendo um dos principais desafios sociais de Minas Gerais, refletida na dificuldade de acesso à habitação adequada, no peso do aluguel sobre a renda das famílias, na persistência de moradias precárias e no aumento da população em situação de rua. Diante desse quadro, nosso plano de governo se compromete a ampliar o acesso à moradia e a criar mecanismos que reduzam o comprometimento da renda das famílias com aluguel.

Propostas:

- Instituir uma Política Estadual de Habitação de Interesse Social, articulada ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para fomentar a produção e aquisição de moradias para famílias de baixa renda, a urbanização e regularização de assentamentos precários e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
- Apoiar os municípios mineiros de médio e pequeno porte para estruturação de políticas municipais de habitação de interesse social e para acessar recursos.
- Ampliar o sistema de participação e controle social, com fortalecimento de conselhos de habitação, de desenvolvimento regional e de política urbana e retomada da mesa de negociação de conflitos fundiários.
- Criar um Programa Estadual de Locação Social e Subsídio ao Aluguel, destinado a famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas com ônus excessivo com aluguel, articulando auxílio financeiro, oferta de imóveis públicos e privados e mecanismos de mediação para prevenir despejos e reduzir o déficit habitacional.
- Promover a regularização fundiária como estratégia de enfrentamento do déficit habitacional e garantia de moradia, em parceria com as comunidades locais e com foco no uso sustentável e no cumprimento da função social da propriedade.
- Retomar o papel da Cohab Minas na construção de moradias populares, com prioridade para as famílias de baixa renda e para a redução do déficit habitacional do estado.

- Fortalecer programas de habitação rural, infraestrutura comunitária e melhoria das condições de vida nos territórios rurais.
- Assegurar a efetivação dos direitos das famílias em processos de remoção, com garantia de unidades de reassentamento digno ou indenização justa.
- Promover ações efetivas e institucionais de trabalho social pré e pós morar voltado para os beneficiários da política de habitação de interesse social e desenvolvimento urbano.
- Implementar a Política Estadual para a População em Situação de Rua, priorizando o acesso à moradia permanente (Moradia Primeiro), ampliando programas de locação social e moradias transitórias, articulados a ações de saúde, assistência social, trabalho e geração de renda, com participação social e escuta permanente da população em situação de rua, dos movimentos populares e das organizações sociais.
- Estimular os municípios a aplicarem efetivamente os instrumentos de política urbana do Estatuto das Cidades para promover a justiça e inclusão urbana.



MEIO AMBIENTE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GOVERNADOR
PATRUS13
VICE JARBAS SOARES

Enfrentamento à crise climática, justiça e governança climática

A emergência climática tornou-se um dos maiores desafios da atualidade. Secas prolongadas, enchentes, queimadas, contaminação das águas, perda da biodiversidade e eventos climáticos extremos afetam diretamente as populações das cidades, do campo, das florestas e das águas. Nosso plano de governo tem como propostas:

- Construir uma política estadual de enfrentamento à emergência climática considerando as especificidades e desigualdades dos territórios de Minas Gerais e integrando mitigação, adaptação, justiça climática, transformação ecológica, governança e educação ambiental.
- Instituir uma governança climática estadual permanente, intersetorial e participativa, incorporando a questão climática ao planejamento e ao orçamento do Estado e articulando meio ambiente, saúde, educação, agricultura, habitação, planejamento urbano, defesa civil e recursos hídricos.
- Instituir um Fundo Emergencial para Eventos Climáticos Extremos.
- Fortalecer e ampliar as ações do Plano Estadual de Ação Climática de Minas Gerais voltadas à adaptação e à proteção das populações mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, priorizando investimentos nas favelas, bairros populares e territórios com maior vulnerabilidade climática.
- Ampliar, em parceria com os municípios, os investimentos em prevenção de enchentes e deslizamentos, macrodrenagem, saneamento, mapeamento e contenção de encostas, redução de áreas de risco e melhoria das condições de moradia.
- Ampliar a integração entre Bombeiros, Defesa Civil, órgãos ambientais, unidades de conservação, brigadas florestais voluntárias, municípios, universidades e comunidades, fortalecendo sistemas de prevenção, monitoramento, alerta e resposta rápida e construindo protocolos integrados de atuação nos territórios.
- Fortalecer as instituições públicas e ampliar sua capacidade técnica, operacional e financeira para prevenção, monitoramento e resposta a incêndios florestais, enchentes, secas, deslizamentos e outros eventos extremos, priorizando a prevenção e a redução de riscos e protegendo especialmente populações e territórios mais vulnerabilizados.
- Apoiar o tombamento estadual da Serra do Curral como patrimônio cultural e natural vivo
- Apoiar municípios, associações e entidades a elaborarem planos comunitários de redução de risco e adaptação climática nas regiões mais vulneráveis com foco na promoção da justiça climática.
- Territorializar o desenvolvimento e as metas de controle e qualidade ambiental pelas bacias hidrográficas, características de solo e ecossistemas.
- Promover a segurança hídrica, protegendo e recuperando nascentes, mananciais e bacias hidrográficas e ampliando as ações de prevenção às secas e crises de

abastecimento, com especial atenção aos territórios e populações mais vulnerabilizados.

- Promover a reconstrução econômica, social e ambiental da Zona da Mata.
- Ampliar a participação de municípios, universidades, movimentos sociais, brigadas voluntárias e comunitárias, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais na formulação, implementação e controle social das políticas climáticas.
- Fortalecer políticas públicas de proteção dos bens comuns da natureza, assegurando a recuperação e preservação das águas, nascentes, florestas, solos, sementes crioulas e demais patrimônios naturais, reconhecendo-os como fundamentais para a soberania alimentar e para o bem viver.
- Implementar uma política estadual de redução do uso de agrotóxicos, com efetivação do PRONARA (Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos), monitoramento epidemiológico das populações expostas e incentivo à transição agroecológica.
- Aumentar as áreas florestais no Estado, com plantios em áreas públicas e privadas e estímulo de recuperação das nascentes, bacias e sub bacias.
- Fortalecer o Sistema Estadual de Meio Ambiente, de maneira a reforçar sua capacidade de fiscalização e implementação das políticas estaduais de proteção ambiental, de gestão das águas, de cuidado e ampliação de unidades de conservação e de educação ambiental.
- Estimular a criação e o funcionamento dos conselhos municipais de meio ambiente de forma a avançar na democratização da gestão das políticas públicas.
- Fortalecer a educação ambiental como eixo transversal da política educacional, articulando escola, território e comunidade e preparando as novas gerações para compreender e enfrentar a crise climática e os conflitos socioambientais

Saneamento Básico em Minas Gerais

O saneamento básico é um direito humano fundamental e deve ser tratado como uma política de Estado, orientada pelo interesse público, pela sustentabilidade, pela justiça social e pela universalização dos serviços. É essencial para promover saúde, qualidade de vida, proteção ambiental, desenvolvimento econômico e redução das desigualdades.

Apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, milhões de brasileiros ainda não têm acesso adequado à água potável, ao esgotamento sanitário, ao manejo de resíduos sólidos e à drenagem urbana.

Em Minas Gerais, o setor vive um momento decisivo, marcado pelo processo de privatização da COPASA, pela reorganização regional dos serviços e por importantes mudanças na governança do saneamento. São decisões que produzirão efeitos por décadas e, por isso, precisam ser tomadas com responsabilidade, transparência, participação social e fundamento técnico.

O objetivo central das políticas públicas deve ser garantir serviços de qualidade, com inclusão e participação social, ampliar os investimentos e assegurar a universalização do acesso para toda a população. Reconhecemos o saneamento básico como uma

política pública estratégica para a saúde, a proteção ambiental, a segurança hídrica, o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades. Assim, temos como propostas:

- Defender o saneamento básico como política pública essencial e priorizar a universalização do acesso aos serviços.
- Garantir que decisões estratégicas para o setor sejam fundamentadas em estudos técnicos, planejamento de longo prazo e ampla transparência.
- Promover amplo diálogo com os municípios, usuários, comunidade técnica e sociedade antes da implementação de mudanças estruturais no setor.
- Apoiar os municípios para o encerramento de todos os lixões no Estado de MG.
- Fortalecer o Sistema Estadual de Meio Ambiente - SISEMA, resgatando a importância do Conselho Estadual de Meio Ambiente - COPAM como instância deliberativa da política estadual de meio ambiente garantindo o equilíbrio tripartite entre governo, empresa e sociedade civil.
- Fortalecer a Política Estadual de Saneamento Básico, garantindo estrutura institucional permanente, equipe técnica qualificada e recursos suficientes para apoiar os municípios.
- Fortalecer a Política de Economia Circular, sua regulamentação, apoiando os municípios na estruturação da cadeia de reciclagem com a inclusão, estruturação e remuneração justa dos catadores de materiais recicláveis e reforçando as responsabilidades de produtores, distribuidores e revendedores relativas à logística reversa.
- Fortalecer a Política Estadual de Resíduos Sólidos, assegurando a inclusão socioprodutiva das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis.
- Ampliar Programas de coleta seletiva solidária, reconhecendo a reciclagem popular como atividade econômica, ambiental e socialmente relevante.
- Acompanhar os processos de transição institucional do setor de saneamento, assegurando a continuidade das capacidades institucionais e a garantia dos investimentos necessários para a expansão e a universalização dos serviços.
- Promover uma regionalização dos serviços de saneamento construída por meio do diálogo, respeitando a autonomia municipal e as diferentes realidades locais.
- Regulamentar e fortalecer o Fundo Estadual de Saneamento Básico (FUNESB), garantindo fontes permanentes de recursos para investimentos.
- Apoiar a Política de Recursos Hídricos e fortalecer os Comitês de Bacias Hidrográficas.
- Fortalecer a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais - ARSAE-MG, assegurando autonomia técnica, administrativa, financeira e orçamentária.
- Priorizar ações de proteção ambiental, saneamento básico e urbanismo sustentável.
- Ampliar o acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário, priorizando os municípios e territórios com maiores déficits, com investimentos na expansão e modernização da infraestrutura de saneamento.

- Reduzir as desigualdades regionais e elevar os indicadores de abastecimento de água, tratamento de esgoto e qualidade dos serviços.
- Ampliar o Bolsa Reciclagem e implementar a logística reversa no estado, assegurando a coleta e o retorno de produtos e embalagens pós-consumo para reaproveitamento ou destinação ambientalmente adequada, com prioridade para a participação de associações e cooperativas de catadores.

Direito dos Animais

A proteção dos animais exige políticas públicas eficazes, efetivas e intersetoriais, construídas com participação social e articuladas entre Estado, municípios, União, universidades, organizações da sociedade civil e demais atores envolvidos. Nosso plano de governo propõe uma política estadual de proteção, defesa e direitos animais, orientada pelos princípios da senciência, dignidade, antiespecismo, não violência.

Propostas:

- úde humana, saúde animal e saúde ambiental.
- Fortalecer a prevenção e a vigilância de zoonoses e demais agravos relacionados à saúde animal, integrando as ações dos órgãos estaduais e apoiando os municípios, de acordo com as competências de cada ente federativo.
- Institucionalizar a Política Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos Animais, com referência formal de coordenação, responsável pela articulação das políticas públicas estaduais e pela integração entre os órgãos do Estado, municípios, União e sociedade civil.
- Criar e fortalecer o Conselho Estadual de Proteção e Direitos Animais.
- Realizar campanhas estaduais de conscientização sobre direitos animais, prevenção da crueldade, abandono e tráfico de animais, proteção da fauna silvestre, impactos da introdução de espécies exóticas e convivência responsável entre humanos e animais.
- Fortalecer as políticas estaduais de proteção da fauna silvestre e conservação da biodiversidade, incluindo a ampliação de corredores ecológicos e passagens de fauna e intensificar as ações de prevenção e combate ao tráfico e à captura ilegal.
- Integrar a proteção dos animais às políticas estaduais de prevenção e resposta a desastres, mudanças climáticas e emergências ambientais.



POLÍTICA MINERÁRIA SOBERANA

GOVERNADOR PATRUS13
VICE JARBAS SOARES

Minas Gerais reúne extraordinária riqueza ambiental, hídrica e mineral, que deve constituir a base de um projeto de desenvolvimento comprometido com a soberania do estado e do país. Superar a fragmentação entre as políticas de desenvolvimento econômico, meio ambiente e mineração é condição para planejar o uso do território de forma integrada, conciliando geração de riqueza, proteção dos recursos naturais, redução das desigualdades regionais e fortalecimento das capacidades produtivas mineiras. Só assim será possível enfrentar o desafio das mudanças climáticas e das novas tendências da economia global, preparando nosso estado para uma transição energética que seja socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente equilibrada.

Mineração Responsável e Desenvolvimento Regional

Minas Gerais precisa superar um modelo minerário baseado na exportação de matérias-primas e na concentração dos benefícios, enquanto os impactos ambientais e sociais permanecem nos territórios. A exploração de minério de ferro, ouro, bauxita, manganês, nióbio, fosfato, calcário e outros bens minerais deve estar subordinada ao interesse da população mineira, com agregação de valor, proteção das comunidades e aplicação transparente da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral) na recuperação ambiental, na diversificação econômica e na melhoria das condições de vida dos municípios mineradores.

Propostas:

- Atuar de forma permanente junto ao Governo Federal para defender e gerir os recursos minerais de forma compatível com os interesses econômicos, políticos e sociais nacionais e de Minas Gerais.
- Agregar valor à produção mineral incentivando o beneficiamento do minério de ferro, ouro, bauxita, manganês, nióbio e demais minérios no estado, fortalecendo a indústria e a geração de empregos qualificados.
- Transformar a CFEM em instrumento de desenvolvimento regional, destinando prioritariamente seus recursos à diversificação econômica dos municípios mineradores, à recuperação ambiental e aos investimentos em saúde, educação e infraestrutura.
- Fortalecer a governança da atividade mineral, com maior rigor na fiscalização, segurança de barragens, transparência na aplicação da CFEM e participação efetiva das comunidades atingidas nas decisões sobre novos empreendimentos.
- Utilizar a riqueza mineral para construir uma economia progressivamente menos dependente da mineração, transformando receitas provenientes de recursos naturais não renováveis em educação, ciência, tecnologia, industrialização, infraestrutura, recuperação ambiental e novas atividades econômicas capazes de permanecer nos territórios após o encerramento das minas.

Minerais Críticos, Terras Raras e Justiça Territorial

Minas Gerais detém uma das maiores reservas de minerais críticos e de terras raras do mundo. Permitir a exploração desses minerais estratégicos sem planejamento, coordenação pública e compromisso com o desenvolvimento nacional significa desperdiçar uma oportunidade histórica de superar esse modelo e aprofundar a dependência tecnológica e industrial do país.

A mineração de terras raras e minerais críticos só pode fomentar industrialização se vier acompanhada das seguintes condições: (1) capacidade tecnológica de refinamento e manufatura em solo brasileiro, o que exige investimento de longo prazo em ciência, não apenas na abertura de minas; (2) mecanismos regulatórios que vinculem a extração ao adensamento produtivo, como conteúdo local, obrigatoriedade de processamento doméstico e transferência tecnológica. (3) soberania sobre o destino do minério. Quando um ativo mineral estratégico é vinculado por contrato de longo prazo à demanda de um comprador estrangeiro, cria-se um desincentivo estrutural à industrialização doméstica.

A exploração de minerais críticos e terras raras não pode ser decidida apenas pela lógica de empreendimentos isolados: deve considerar os impactos cumulativos sobre os territórios, a proteção das águas e dos ecossistemas, a segurança das populações, as futuras gerações e a soberania nacional. A pesquisa e o aproveitamento dos depósitos e jazidas dos minerais lítio, nióbio, terras raras, cobre, manganês, cobalto e grafite, considerados minerais críticos ou estratégicos, constituem matéria de relevante interesse coletivo, devendo obedecer às prioridades nacionais e às diretrizes da Política de Soberania Mineral.

Propostas:

- Reavaliar isenções fiscais à mineração sem agregação de valor para setores que pouco agregam à formação de cadeias internas de valor, revisando o modelo de incentivos fiscais e redistribuição de benefícios.
- Aprimorar os instrumentos de arrecadação de receitas públicas, com destaque para a fiscalização das receitas oriundas da CFEM para o Estado de Minas e para os municípios mineiros.
- Estimular o desenvolvimento de processos produtivos menos poluentes, apoiados no conhecimento consolidado no Estado, pelas universidades, centros de pesquisa e empresas mineiras.
- Promover, em articulação com a União, a revisão dos processos de licenciamento de empreendimentos minerários que apresentem riscos ambientais e radiológicos ou envolvam minerais de interesse estratégico nacional, assegurando a atuação dos órgãos federais competentes.
- Promover consulta às populações e comunidades tradicionais potencialmente afetadas pelos empreendimentos de minerais críticos e estratégicos.
- Assegurar padrões ambientais rigorosos e promover o processo de participação social.

- Criar o Polo Mineiro de Industrialização do Lítio, promovendo a industrialização e soberania sobre o lítio e instituindo uma política estadual para que a exploração do lítio esteja vinculada à implantação de etapas de beneficiamento, processamento e fabricação de componentes para baterias em Minas Gerais, articulando universidades, centros de pesquisa, empresas públicas e privadas e os municípios do Vale do Jequitinhonha, de forma garantir o desenvolvimento sustentável da região.
- Promover uma mineração responsável, ambientalmente segura e comprometida com o desenvolvimento dos territórios, vinculando os incentivos e instrumentos de apoio do Estado à adoção de tecnologias de menor impacto ambiental, à agregação de valor aos minerais e à transferência de tecnologia, com investimentos em pesquisa, processamento e desenvolvimento tecnológico em parceria com universidades e centros de pesquisa.



CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNADOR PATRUS 13
VICE JARBAS SOARES

Minas Gerais possui um dos mais robustos sistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, com um ecossistema que engloba um conjunto de instituições públicas de ensino superior. Abriga onze universidades federais, duas estaduais, dezenas de institutos tecnológicos, além de vários centros de pesquisa, hospitais universitários e uma ampla comunidade científica capilarizada por todo Estado, além de parques tecnológicos em locais estratégicos que visam a estabelecer a interação colaborativa entre a academia e a indústria.

Essa estrutura constitui um patrimônio estratégico, sendo um pilar para o desenvolvimento econômico e social do Estado. No entanto, é necessário potencializar este ativo para fortalecer a inovação e o desenvolvimento produtivo, contribuindo decisivamente para redução das desigualdades regionais. E o governo tem um papel estratégico neste cenário.

Persistem desafios estruturais: concentração da infraestrutura científica nas regiões mais desenvolvidas; dificuldades de interiorização da pesquisa e da inovação; necessidade de fortalecimento da UEMG, Unimontes, Epamig e demais instituições públicas estaduais; maior integração entre universidades, Institutos Federais, setor produtivo e poder público; e ampliação da capacidade de transformar conhecimento científico em tecnologias, empregos qualificados e desenvolvimento regional.

Minas Gerais necessita, portanto, superar uma política de CT&I fragmentada e reativa para efetivamente consolidar uma estratégia estadual articulada a um projeto de desenvolvimento social e econômico. Ciência e tecnologia devem contribuir para diversificar uma economia ainda fortemente dependente de atividades primárias e da exploração de recursos naturais, estimulando reindustrialização, agregação de valor e novas cadeias produtivas.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG ocupa posição central nesse sistema. A Constituição mineira determina a destinação de, no mínimo, 1% da receita orçamentária corrente ordinária do Estado para o amparo e fomento à pesquisa, o que tem sido descumprido uma vez que o governo atual destina 30% dos recursos da FAPEMIG para amortecer a dívida do Estado, diferentemente de outros estados da federação como São Paulo, Rio de Janeiro, o Distrito Federal, que preservam o orçamento voltado para a CT&I. A garantia permanente desses recursos, acompanhada de autonomia, previsibilidade e planejamento de longo prazo, é condição fundamental para uma política científica de Estado com garantia de uso obrigatório deste percentual e para os fins constitucionais devidos.

O Estado reúne condições para assumir protagonismo nacional em áreas como mineração (sob um novo modelo minerário), transição energética, biotecnologia, saúde, inteligência artificial, produção de vacinas e insumos farmacêuticos, agricultura, novos materiais e tecnologias ambientais. Para isso, é necessário tratar Ciência, Tecnologia e Inovação não como gasto acessório, mas como política pública estratégica, capaz de gerar soberania tecnológica, desenvolvimento econômico, inclusão social e melhoria das condições de vida da população mineira

Propostas:

- Investir em educação, ciência e tecnologia para garantir um projeto de desenvolvimento de Minas que enfrente os desafios sociais e econômicos do Estado e promova a sua diversidade econômica, com a participação efetiva das instituições estaduais e federais de educação superior e dos setores industriais e comerciais.

- Elaborar um novo Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de longo prazo, articulado a uma estratégia de desenvolvimento econômico, social e ambiental para Minas Gerais, com a participação da comunidade científica mineira e demais setores.
- Estabelecer uma articulação permanente do Governo do Estado de integração entre universidades, Institutos Federais, centros de pesquisa, empresas, setores da indústria e comércio, visando transformar conhecimento científico em soluções para os problemas econômicos e sociais do Estado.
- Ampliar o apoio à FAPEMIg, garantindo os recursos constitucionais destinados à Fundação, assegurando regularidade, previsibilidade financeira e planejamento plurianual, estimulando a produção científica e tecnológica e fomentando o ecossistema de inovação do Estado.
- Articular as fontes de conhecimento científico e tecnológico (Universidades, Fundações de apoio, FAPEMIG, EPAMIG, Fiocruz, institutos de pesquisa e instituições federais, CNPq, Capes) com o sistema empresarial e com as instituições públicas de fomento estaduais e federais (BDMG, BNDES, FINEP, SUDENE, entre outras).
- Interiorizar os investimentos em CT&I, criando mecanismos específicos para incentivar a articulação entre instituições, pesquisadores, empresas inovadoras e projetos situados nas regiões historicamente menos contempladas.
- Fortalecer a UEMG, a Unimontes, a EPAMIG e demais instituições estaduais de pesquisa, ampliando investimentos em infraestrutura, pesquisa, pós-graduação, laboratórios, inovação e valorização de seus quadros profissionais.
- Criar uma política estadual de parques científicos e tecnológicos, priorizando sua implantação e consolidação também no interior.
- Utilizar a Ciência, Tecnologia e Inovação como instrumento de reindustrialização de Minas Gerais, incentivando cadeias produtivas de maior conteúdo tecnológico e agregação de valor dentro do território mineiro.
- Estabelecer um programa de transformação tecnológica das regiões mineradoras, visando a diversificação econômica, pesquisa, inovação e novas atividades produtivas nestes locais.
- Implantar programas estratégicos de pesquisa e inovação em áreas prioritárias, como inteligência artificial, biotecnologia, saúde, novos materiais, semicondutores, transição energética, tecnologias ambientais e agricultura sustentável.
- Criar uma política mineira de soberania tecnológica, estimulando o desenvolvimento e a produção local de tecnologias estratégicas e reduzindo a dependência externa em setores considerados essenciais.
- Apoiar startups, cooperativas, pequenas empresas de base tecnológica e empreendimentos inovadores, com destaque para a economia solidária e com enfoque na incubação, transferência tecnológica e acesso às instituições públicas de pesquisa.
- Reforçar o apoio às Unidades EMBRAPIIs (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) mineiras, importante ação do governo federal para aproximar a academia e as empresas, em parceria com a União.

- Fomentar estratégias para contratação pública de inovação por meio de compras públicas de inovação e encomendas tecnológicas.
- Apoiar programas de divulgação e democratização da ciência, aproximando o conhecimento científico da população e fortalecendo o combate à desinformação e ao negacionismo científico.
- Apoiar a Fundação João Pinheiro na formação de gestores públicos e no planejamento da gestão de cidades e do próprio estado.
- Apoiar o Centro Nacional de Vacinas, a Fundação Ezequiel Dias (FUNED) e ações inovadoras para a criação de um polo de vacinas e novos medicamentos.
- Criar o Programa Mineiro de Inteligência Artificial, em consonância com o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), para fortalecer a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico nas universidades, instituições científicas e ecossistemas de inovação do estado, fomentando a construção de soluções e aplicações baseadas em IA em áreas estratégicas como saúde, agricultura, mineração sustentável, educação, mobilidade, segurança pública, combate à desinformação e modernização da administração pública.



SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

GOVERNADOR PATRUS 13
VICE JARBAS SOARES

A redução dos indicadores de crimes violentos nos últimos anos não diminuiu os desafios da segurança pública em Minas Gerais. A expansão do crime organizado e das facções criminosas, o aumento da violência contra as mulheres e a persistência da violência nos territórios mais vulnerabilizados exigem uma atuação firme e articulada.

Nossa ação visa buscar efetivamente uma Segurança Pública como direito fundamental de todas as pessoas. Para vivermos numa sociedade democrática, o princípio da segurança deve ser garantido a partir da lei e da constituição em um tripé: democracia, respeito aos direitos fundamentais, dignidade da pessoa humana.

Uma política de segurança cidadã não mede seu sucesso apenas pelo número de prisões ou operações realizadas, mas pela capacidade de evitar que o crime aconteça, esclarecer os crimes que acontecem, interromper organizações e trajetórias criminosas, reduzir a reincidência, proteger as vítimas e assegurar que o próprio Estado não produza novas violências.

Diante desse cenário, nosso plano de governo propõe:

- Integrar todas as forças de segurança que atuam no estado de Minas Gerais, Guardas Municipais, PMMG, PCMG, PF, PRF, PPMG e CBM, de forma a dar mais eficiência e abrangência nas ações.
- Consolidar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) em Minas Gerais, promovendo atuação integrada, compartilhamento de informações e planejamento conjunto.
- Ampliar o uso da inteligência e da investigação integrada criando um Centro Estadual Integrado de Inteligência e Investigação Criminal para prevenir a violência e combater o crime organizado e facções criminosas.
- Fortalecer e ampliar as ações de desmantelamento das bases econômico-financeiras das organizações criminosas.
- Ampliar a articulação com o Ministério Público, GAECO e os demais órgãos especializados no enfrentamento às organizações criminosas, incluindo as forças e órgãos federais.
- Valorizar os agentes da segurança pública estadual, garantindo melhores condições de trabalho, salários mais dignos, formação e qualificação profissional e a saúde integral e psicológica dos profissionais.
- Implantar progressivamente câmeras corporais nas forças de segurança estaduais, com protocolos de uso e proteção das imagens, acompanhadas da qualificação permanente da formação policial.
- Criar um Sistema Estadual de Indicadores de Segurança Pública, com informações públicas e atualizadas. Criar mecanismos permanentes de avaliação da investigação criminal, com indicadores como crimes esclarecidos, qualidade das provas, identificação de autores, desarticulação de redes criminosas e recuperação de ativos; criar protocolos de priorização investigativa baseados na gravidade, recorrência e impacto social dos crimes; e desenvolver estratégias específicas para crimes cometidos de forma reiterada, utilizando a integração de registros para identificar séries criminais e autores recorrentes.
- Fortalecer o combate aos crimes cibernéticos, às fraudes digitais, ampliando a

estrutura especializada da Polícia Civil; criando uma sala integrada de resposta rápida, articulada com bancos, fintechs e operadoras de telefonia; e fortalecendo as estruturas regionais capazes de atender o interior do Estado.

- Implantar o Programa Celular Seguro Mineiro, com operações permanentes em parceria com os municípios para combater o comércio de aparelhos furtados e roubados, identificar e recuperar celulares e promover sua devolução aos proprietários.
- Criar uma Rede Integrada de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, ampliando e interiorizando uma rede de proteção às mulheres e assegurando Casas da Mulher Brasileira, Delegacias Especializadas, Centros de Referência, Patrulha Maria da Penha, Unidades Móveis de Atendimento e serviços integrados de acolhimento psicológico, jurídico, social e de segurança pública.
- Implementar Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, garantindo o funcionamento ininterrupto nas dez cidades mais populosas de Minas Gerais e ampliando, progressivamente, a rede de atendimento especializado no interior do Estado, com atendimento continuado, a escuta da vítima, equipes capacitadas e protocolos padronizados de avaliação de risco.
- Criar estrutura para fiscalização efetiva das medidas protetivas de urgência, com: cadastro estadual unificado das medidas deferidas, acessível em tempo real às guarnições em serviço, patrulhamento preventivo com visitas periódicas às mulheres em situação de risco e resposta prioritária às ocorrências de descumprimento.
- Ampliar o uso de instrumentos de monitoramento do agressor e de acionamento imediato pela vítima, com integração entre a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública.
- Criar mecanismos de acompanhamento dos homens autores de violência considerados de maior risco, especialmente quando houver histórico de violência reiterada, descumprimento de medidas protetivas ou uso de armas.
- Implementar, em Minas Gerais, uma política estadual de aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente no ambiente digital, transformando a proteção de crianças e adolescentes na internet em uma responsabilidade integrada do Estado, das escolas, das famílias e de toda a rede de proteção.
- Criar uma unidade estadual especializada no enfrentamento aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes praticados por meio digital, atuando em cooperação permanente com a Polícia Federal, o Ministério Público, o Poder Judiciário, os canais de denúncia e o Executivo nacional.
- Modernizar e aprimorar o sistema de atendimento do 190, reduzindo o tempo de resposta e integrando informações das chamadas de emergência, dos registros de ocorrência, da localização das equipes e dos sistemas de videomonitoramento.
- Ampliar a implementação de bases móveis e bases fixas da Polícia Militar em regiões do Estado, contribuindo para o policiamento e a proteção das pessoas.
- Fomentar a criação de consórcios intermunicipais de segurança pública: o governo do Estado de Minas Gerais irá fomentar, nos termos da legislação vigente, a formação de Consórcios Intermunicipais de Segurança Pública, permitindo que municípios vizinhos planejem conjuntamente suas políticas de segurança, estruturem mecanismos

de cofinanciamento, compartilhem tecnologia e inteligência e atuem de forma coordenada contra uma criminalidade que não respeita limites administrativos;

- Promover a reorganização e a segurança do sistema prisional, reforçando a fiscalização e a gestão das unidades prisionais e ampliando a capacidade do Estado de prevenir a atuação de organizações criminosas e garantir o controle efetivo do sistema.
- Melhorar as condições das unidades prisionais, garantindo tratamento digno e condições adequadas à população carcerária.
- Atuar, em articulação com o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, para reduzir o número de pessoas em prisão provisória.
- Revisar as diretrizes para a implementação de tornozeleiras eletrônicas, direcionando-as a lideranças criminosas, reincidentes em roubos, autores de crimes violentos e agressores no âmbito da Lei Maria da Penha, acoplados ao alerta de aproximação da vítima.
- Ampliar o número de centros e revisar a política de reintegração de egressos do sistema prisional em termos de escopo e diretrizes, de modo que o serviço seja iniciado antes mesmo da saída do cárcere e que seja direcionado também e especialmente ao egresso de alta vulnerabilidade, além de articular organicamente o serviço ao SUAS.
- Diante do princípio da prioridade absoluta, aumentar a disponibilização de recursos para a política socioeducativa e priorizar a ampliação e qualificação da política de meio aberto, em detrimento das medidas de meio fechado.
- Criar medidas para fortalecer o viés pedagógico das medidas socioeducativos, em detrimento do viés securitário.
- Reorganizar a rede de atendimento, encerrando centros com problemas graves e históricos de infraestrutura, e capilarizar a política de atendimento socioeducativo, priorizando a interiorização de estabelecimentos que atendam as meninas.
- Qualificar a política de saúde mental para os e as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, dando prioridade para práticas de desinternação e tratamento externo na rede comunitária, familiar e de saúde.
- Qualificar e uniformizar os modelos de gestão do sistema socioeducativo, dando preferência para modelos de execução direta.



DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, COMPETITIVO E INCLUSIVO

GOVERNADOR
PATRUS13
VICE JARBAS SOARES

Minas Gerais possui uma economia relativamente diversificada, com forte presença no setor industrial, de serviços, da agropecuária, da agroindústria e da mineração. Contudo, embora Minas Gerais seja o terceiro maior estado do Brasil em sua contribuição para o PIB, nos últimos 20 o estado ficou estagnado em termos da sofisticação da sua produção, tendo oscilado em torno apenas do nono lugar.

Essa tendência reflete a estagnação do setor industrial e a baixa incorporação de tecnologia em parte da produção, a concentração regional dos investimentos e a dificuldade de transformar conhecimento em inovação que limitam a geração de empregos qualificados e o aumento da produtividade.

Nosso compromisso é fortalecer a capacidade produtiva do estado por meio de políticas baseadas em evidências, promovendo processos de diversificação produtiva inteligente que não só gerem mais emprego e renda, mas que tornam a economia de Minas Gerais mais justa e sustentável e, por isso, internacionalmente mais competitiva. Esse processo somente será possível por meio da inovação, da qualificação da força de trabalho, do apoio às pequenas e médias empresas, à economia solidária, à economia criativa e às atividades produtivas regionais, promovendo desenvolvimento econômico com geração de trabalho, renda e inclusão social.

Propostas:

- Promover a diversificação econômica do Estado a partir da base produtiva existente, estimulando a produção de maior complexidade e o adensamento das cadeias produtivas da nossa base de recursos naturais, mas também da indústria e dos serviços mais sofisticados.
- Implementar uma política estadual de desenvolvimento industrial para fortalecer as cadeias produtivas, articulando financiamento, inovação e incentivos à produção, com foco na agregação de valor e na geração de empregos qualificados.
- Fortalecer as instituições de apoio às atividades produtivas, com destaque para o BDMG, EMATER, EPAMIG, e sua articulação com as federações empresariais, com os serviços de apoio à indústria, agricultura, comércio e articular essas instituições com o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação para a identificação de novas potencialidades e implementação produtiva, com destaque para a modernização e expansão do setor industrial.
- Explorar o potencial tecnológico do Estado, promovendo maior integração entre nossas diversas universidades, centros de pesquisa e parques tecnológicos com o setor produtivo, com atenção às vocações regionais de Minas Gerais.
- Valorizar e criar melhores condições de trabalho para microempreendedores individuais e para empreendedores de plataformas virtuais, criando novas linhas, disponibilizando infraestruturas públicas de apoio e promovendo o empreendedorismo inovador.
- Implantar uma política estadual de qualificação profissional voltada aos setores estratégicos da economia mineira, em parceria com universidades estaduais e federais, institutos federais, Sistema S e escolas técnicas.
- Priorizar pequenas e médias empresas, ampliando seu acesso ao crédito produtivo, garantindo acesso privilegiado às compras públicas estaduais, simplificação

do acesso e estímulo à participação em licitações públicas e a programas de desenvolvimento regional.

- Fortalecer programas estaduais de inovação e transformação digital para pequenas e médias empresas, oferecendo assistência técnica, capacitação gerencial, consultorias tecnológicas, visando o aumento da produtividade e da competitividade.
- Fortalecer a economia solidária, o cooperativismo, o artesanato, a gastronomia e outras atividades de base territorial, ampliando mercados, assistência técnica e compras públicas.
- Promover a formação profissional e o apoio à programas de aceleração de startups e setores criativos, com atenção especial para os empreendedores mais jovens.
- Colaborar com a União no combate ao trabalho escravo contemporâneo e às demais formas de precarização das relações de trabalho, assegurando proteção às vítimas e responsabilização dos empregadores.

Diversificação econômica

- Promover uma estratégia de desenvolvimento econômico que utilize as vantagens competitivas do Estado como base para um amplo processo de atualização e diversificação produtiva que promova atividades industriais e de serviços mais complexos.
- Criação de "vetores verdes" no Estado, promovendo práticas sustentáveis de agricultura regenerativa, de reflorestamento e do aumento do valor agregado de bens agrícolas explorando a utilização intensiva de serviços ambientais.
- Criação do "novo agro mineiro", com estímulo em práticas e processos mais sustentáveis de grande escala, que abram novos mercados internacionais para bens de maior valor agregado e que promovam o adensamento das cadeias produtivas baseadas em recursos naturais.
- Promoção da mineração sustentável, com estímulo à adoção das melhores práticas internacionais, estímulo à inovação para que o estado possa explorar as oportunidades criadas pela transformação verde internacional com adensamento das cadeias produtivas baseadas em minerais críticos e tradicionais.
- Aumento da resiliência econômica do Estado com a redução relativa da minerodependência do Estado e de seus municípios, diversificando as economias regionais a partir da base produtiva existente, fortalecendo atividades capazes de gerar trabalho, renda e desenvolvimento territorial com sustentabilidade ambiental e justiça social.
- Priorizar investimentos e políticas de incentivo à agricultura familiar e agroecológica, economia solidária e popular, turismo de base comunitária, cultura, ciência, tecnologia e inovação, indústria e cadeias produtivas sustentáveis, valorizando as potencialidades de cada território.
- Fortalecer a capacidade do Estado de regular e fiscalizar a atividade minerária, ampliar a participação social nas decisões que afetam os territórios e construir, especialmente nos municípios minerodependentes, planos de transição e diversificação econômica de longo prazo, preparando Minas Gerais para uma economia menos dependente da exploração intensiva de seus bens naturais.

Trabalho e Emprego

O mercado de trabalho de Minas Gerais apresentou, em 2025, um quadro de expansão da ocupação e forte geração de empregos formais, basicamente em função das políticas de desenvolvimento e geração de empregos do Governo Federal. Entretanto, a expansão quantitativa do emprego não elimina problemas históricos do mercado de trabalho: informalidade, desigualdade salarial, rotatividade, terceirização, precarização e diferenças profundas entre regiões e segmentos da população.

Para os trabalhadores e trabalhadoras, não basta ampliar o número de vagas: é preciso garantir empregos de qualidade, com salários dignos, direitos e boas condições de trabalho. A alta rotatividade, a terceirização e a pejotização precarizadas e outras formas de contratação que reduzem a proteção trabalhista seguem como desafios. O crescimento do emprego deve, portanto, estar associado a um modelo de desenvolvimento que valorize o trabalho e assegure direitos sociais.

Além disso, observamos de forma muito clara que a recuperação do mercado de trabalho não ocorre de maneira igual para todos. As desigualdades de gênero, raça, idade, escolaridade e território continuam determinando diferentes possibilidades de inserção profissional. Para Minas Gerais, isso significa que uma política de trabalho e emprego não pode ser construída de maneira uniforme. É necessário considerar as diferenças entre a Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Triângulo, o Sul de Minas, a Zona da Mata, o Norte e os Vales do Mucuri e Jequitinhonha Vale do Aço e entre outras regiões e que levem em conta o perfil da população de cada região.

Propostas:

- Valorização do microempreendedorismo individual e a economia de plataformas.
- Combater a precarização das condições de trabalho, como a terceirização e a pejotização abusivas.
- Disponibilizar, nos municípios mineiros, pontos de apoio que garantam aos motoboys e entregadores das plataformas digitais acesso a equipamentos, bens, serviços e estruturas básicas ao exercício do direito ao trabalho decente, tais como, banheiros masculinos e femininos, água potável, energia elétrica e internet, e a devida proteção contra intempéries.
- Enfrentar as desigualdades salariais entre homens e mulheres e entre grupos raciais.
- Plano Estadual de Emprego para a Juventude — programa estadual de primeiro emprego, estágio e qualificação profissional, com incentivo a empresas que contratem jovens.
- Implantar políticas de permanência de jovens no mercado de trabalho.
- Atuar para garantir a saúde e a segurança no trabalho.
- Ampliar as políticas públicas de emprego, qualificação e proteção social.
- Construir um projeto de desenvolvimento para Minas Gerais baseado na geração de emprego de qualidade e na redução das desigualdades regionais.

Emprego verde como estratégia de desenvolvimento econômico

Minas Gerais é o Estado com maior potencial não aproveitado para implementação de um processo de transformação produtiva verde. As vantagens competitivas do Estado no setor agrícola e mineral criam possibilidades de introdução de práticas e inovações que não só reduzam o impacto dessas atividades sobre o meio ambiente, mas efetivamente permitam "voltar o relógio" do impacto ambiental. Cabe ao Governo do Estado criar condições para que esse potencial seja explorado. Nesses termos, as vantagens que o estado tem na área de serviços, especialmente os tecnológicos e financeiros, assim como em uma base industrial que carece de apoio, podem ser mobilizadas para promover um processo de transformação que combina oportunidades econômicas sem precedentes com impacto real sobre a vida das pessoas e sobre o meio ambiente.

Nesse sentido, nossas propostas incluem:

- Emprego verde, diversificação econômica e reindustrialização: promover trabalho decente em atividades que reduzam impactos ambientais e emissões, ampliando e diversificando a oferta de empregos em Minas Gerais, com geração de renda, novas ocupações e qualificação profissional, fortalecendo especialmente pequenas e médias empresas, cooperativas e redes de economia solidária.
- Regeneração, reflorestamento e serviços ambientais: incentivar vigorosamente as atividades que, a um só tempo, recuperam áreas degradadas, promovem produção sustentável de bens agrícolas de pequenas e grandes propriedades, de forma a produzir bens em condições ambientalmente favoráveis e que possuem preço premium no mercado internacional.
- Cadeias produtivas sustentáveis e economia do cuidado: fomentar setores com potencial de geração de emprego e desenvolvimento territorial, como saneamento básico, reciclagem e economia circular, energias renováveis e atividades de cuidado, articulando justiça social, sustentabilidade ambiental, inovação e desenvolvimento produtivo.
- Política Estadual de Emprego Verde e Cooperação Produtiva: criar uma política estadual articulada à estratégia de reindustrialização, utilizando instrumentos como compras públicas, fóruns regionais, redes de cooperação produtiva e diagnósticos participativos para identificar atividades existentes, possibilidades de reconversão industrial e vocações econômicas dos diferentes territórios de Minas Gerais



AÇÕES PARA O AGRONEGÓCIO, AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

GOVERNADOR PATRUS 13
VICE JARBAS SOARES

Ações para o Agronegócio de Minas Gerais

O agronegócio brasileiro tem apresentado forte dinamismo, com importante contribuição para a economia, o emprego e as exportações. Minas Gerais, embora tenha grande potencial e forte participação no setor, ainda enfrenta desafios para ampliar a produtividade, o acesso ao crédito e a agregação de valor à produção. Cabe ao Estado fortalecer políticas de apoio ao agronegócio e à agropecuária e promover um desenvolvimento rural sustentável e inclusivo.

Propostas:

- ortalecer a política agrícola e o desenvolvimento do agronegócio mineiro, ampliando a articulação entre a SEAPA, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e as entidades vinculadas ao Estado. Apoiar a modernização, a inovação tecnológica, a agregação de valor e a expansão dos mercados, fortalecendo cadeias estratégicas e a competitividade da produção mineira.
- Fortalecer a pesquisa, a assistência técnica e a defesa agropecuária, integrando EPAMIG, EMATER-MG e IMA e ampliando a difusão de tecnologias, a melhoria da produtividade e a qualidade sanitária dos produtos mineiros.
- Ampliar a infraestrutura e os investimentos no meio rural, com prioridade para estradas, logística, irrigação, acesso à água e conectividade, criando melhores condições para a produção e a comercialização, com destaque para os processos de agregação de valor e geração e distribuição de renda no meio rural.

Ações para a Agricultura Familiar e Urbana e para Agroecologia de Minas Gerais

A agricultura familiar ocupa lugar importante na estrutura socioeconômica de Minas Gerais e seu papel poderá ser ainda maior na perspectiva de um caminho de desenvolvimento mais sustentável. Embora importantes políticas públicas tenham sido retomadas nos últimos anos pelo governo Lula, no Estado de Minas Gerais persistem obstáculos relacionados à burocracia administrativa, à fragmentação dos sistemas públicos, à exclusão digital e às dificuldades de acesso aos programas governamentais.

A simplificação dos procedimentos administrativos, a transparência, o fortalecimento do controle social e a ampliação da presença do Estado nos territórios rurais são fundamentais para garantir que os direitos conquistados se transformem em políticas efetivamente acessíveis às populações do campo, das florestas e das águas.

A agricultura mineira ainda enfrenta desafios estruturais, como a baixa produtividade em grande parte das cadeias produtivas, a insuficiência de assistência técnica e extensão rural (especialmente para os médios e pequenos produtores) e a limitada articulação da pesquisa agropecuária com as demandas regionais. Essas dificuldades se concentram principalmente nas regiões do Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, onde vivem as maiores populações rurais e também os maiores índices de pobreza, evidenciando a necessidade de políticas voltadas à inclusão produtiva e ao fortalecimento da agricultura.

Além do fomento à produção e à comercialização, é fundamental apoiar as famílias rurais

em suas condições de vida social e cultural, com atenção especial à juventude. A garantia de direitos básicos, como educação e saúde, e o acesso à tecnologia e à informação são essenciais para estimular a permanência dos jovens no campo e assegurar a continuidade da agricultura familiar entre gerações.

Propostas:

- Fortalecer a agricultura familiar como estratégica para o desenvolvimento de Minas Gerais e para a produção de alimentos, ampliando o acesso à assistência, crédito, seguro, tecnologias, infraestrutura e mercados.
- Ampliar as compras públicas da agricultura familiar, fortalecendo a articulação com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para gerar renda no campo e garantir alimentação saudável.
- Fortalecer a EMATER-MG e as políticas estaduais de apoio à agricultura familiar, articulando-as às políticas federais e ampliando sua presença nos municípios, com atenção especial aos jovens, às mulheres, aos povos e comunidades tradicionais e aos assentamentos da reforma agrária.
- Implementar, em Minas Gerais, a Política de Juventude e Sucessão Rural, de autoria de Patrus Ananias, garantindo oportunidades para a permanência da juventude no campo, com educação, inovação e oportunidades de trabalho e a renovação geracional da agricultura familiar.
- Instituir uma política permanente de fortalecimento da agricultura camponesa agroecológica, reconhecendo-a como estratégica para a soberania alimentar e o desenvolvimento sustentável.
- Ampliar o acesso das mulheres à terra, à água, ao crédito/subsídio, à habitação rural, aos equipamentos produtivos e às tecnologias apropriadas, assegurando condições para produção agroecológica e vida digna no campo.
- Ampliar a transição agroecológica, apoiando a produção sustentável de alimentos, a conservação dos recursos naturais e a redução do uso de agrotóxicos.
- Regulamentar e implementar a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) com orçamento, metas, controle social e participação efetiva da sociedade civil.
- Elaborar e implementar o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica — PLEAPO, como instrumento de execução da PEAPO, com diagnóstico, metas, indicadores, orçamento e monitoramento.
- Fortalecer a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável — PESANS, com valorização do CONSEA-MG, dos conselhos municipais, dos Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional e do SISAN em Minas Gerais.
- Efetivar a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana, reconhecendo a agricultura urbana e periurbana como estratégia de segurança alimentar, geração de renda,

saúde, educação e direito à cidade.

- Apoiar a Política Estadual para Quilombos Urbanos, estabelecendo uma diretriz intersetorial que adeque o acesso a políticas públicas territoriais e de agricultura urbana para comunidades periféricas/urbanas, articulando feiras comunitárias estaduais para escoamento da produção.
- Fortalecer a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar — PEDRAF, priorizando a agroecologia, a juventude, as mulheres, os povos e comunidades tradicionais e os territórios dos Polos Agroecológicos.



FINANÇAS PÚBLICAS, TRIBUTAÇÃO E POLÍTICA FISCAL

GOVERNADOR PATRUS13
VICE JARBAS SOARES

Minas Gerais enfrenta, há cerca de quatro décadas, uma crise fiscal estrutural que não pode ser atribuída a uma única causa. O endividamento elevado foi agravado pela desaceleração do crescimento da economia, pela perda de receitas decorrente da Lei Kandir e das mudanças no ICMS, pela concentração tributária da União e pela estrutura de despesas do Estado. Soma-se a esse quadro a baixa capacidade de investimento do Estado. Embora seja uma das maiores economias do país, Minas Gerais possui uma receita por habitante muito inferior à de outros estados, o que limita sua capacidade de assegurar serviços públicos de qualidade e promover o desenvolvimento.

A situação piorou muito nos últimos anos. A dívida do Estado, que era de R$113,8 bilhões no início deste governo, chegou a R$182,15 bilhões ao final do período. Ao mesmo tempo, o ajuste sobre as despesas de pessoal reduziu a capacidade de valorização dos servidores, enquanto a previdência estadual permanece como um dos principais desafios para o equilíbrio das contas públicas. Minas também perdeu capacidade de investimento e passou a depender, em grande medida, de recursos extraordinários (principalmente os recursos do acordo com a Vale pelos crimes de Brumadinho).

O mineiro paga impostos ao município, ao Estado e à União. Quando o Estado se endivida com a União, está, em última análise, comprometendo recursos públicos que pertencem à própria população. E quem acaba pagando o preço são os cidadãos, quando faltam recursos para melhorar a escola, valorizar os profissionais de saúde, recuperar as estradas ou garantir atendimento digno. Por isso, a dívida não pode ser tratada apenas como uma questão de números e planilhas: é também uma questão política e social. A dívida de Minas com a União pode e deve ser negociada e resolvida com diálogo e responsabilidade. Já a dívida do Estado com sua população, com a criança que precisa de uma boa escola, com a pessoa que espera por uma cirurgia, com o trabalhador que precisa de um salário digno, não pode mais esperar.

Dívida Pública e Propag

Minas Gerais aderiu ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), que oferece melhores condições para equacionar a dívida no médio e longo prazo. No caso mineiro, o saldo devedor era de R$182,15 bilhões ao final de 2025. O Estado deverá utilizar cerca de R$36,3 bilhões em ativos para abatê-lo, refinanciando o saldo restante em 30 anos, com correção pelo IPCA e juros reais de 0%. A adesão, entretanto, aumenta a pressão sobre as contas nos primeiros anos, quando crescerão os pagamentos da dívida, os aportes ao Fundo de Equalização Federativa e os investimentos obrigatórios.

É necessário combinar responsabilidade na gestão das contas públicas, renegociação da dívida, recuperação da capacidade de investimento, crescimento econômico, fortalecimento das receitas e preservação dos serviços e do patrimônio público.

Para superar a crise fiscal e reconstruir a capacidade de investimento do Estado, será necessário um conjunto articulado de medidas:

- ortalecer a política agrícola e o desenvolvimento do agronegócio mineiro, ampliando Aprimorar o Propag, ampliando de cinco para dez anos a transição para o pagamento integral dos encargos, de modo a reduzir a pressão sobre as contas estaduais.
- Defender condições especiais para Minas Gerais, com redução mais significativa do estoque da dívida e ampliação dos prazos de pagamento, compatibilizando o

serviço da dívida com a capacidade de arrecadação do Estado.

- Ampliar a capacidade de arrecadação, combatendo a sonegação, revendo subsídios e benefícios fiscais e buscando novas fontes de receitas, inclusive mecanismos de tributação sobre a exploração e exportação das riquezas minerais de Minas Gerais.
- Fortalecer a economia mineira, diversificando a estrutura produtiva e articulando investimentos públicos e privados, condição indispensável para ampliar a arrecadação e reduzir o peso da dívida.
- Priorizar investimentos estruturantes, especialmente em infraestrutura, saneamento básico, educação, habitação, transporte e logística, segurança pública e adaptação às mudanças climáticas, utilizando o investimento público para estimular o crescimento e ampliar as receitas.
- Utilizar plenamente o programa Juros por Educação, previsto no Propag para a consolidação do Ensino Profissional e Técnico (EPT) nos sistemas estaduais. Investir os recursos do Juros por Educação para construção e obras, melhoria de laboratórios, aquisição de materiais, formação de professores, programas de intercâmbio, entre outros.
- Retomar uma política de concursos públicos, substituindo progressivamente servidores temporários por efetivos e fortalecendo as receitas previdenciárias.
- Valorizar os servidores públicos, preservando seus direitos e evitando restrições adicionais às despesas de pessoal quando estas estiverem dentro dos limites legais.
- Preservar as empresas públicas estratégicas, mantendo sob controle do Estado empresas como Cemig, Codemig e outras estatais fundamentais ao desenvolvimento de Minas Gerais.
- Ampliar o apoio federal a Minas Gerais, especialmente para investimentos, reconhecendo que um Estado fortemente endividado não dispõe, no curto prazo, de capacidade suficiente para financiar sozinho a reconstrução de sua infraestrutura e economia.

Preparar Minas para o novo modelo tributário

A reforma tributária do Governo Lula reduziu impostos para a população mais pobre (alíquota zero de IBS e CBS para cesta nacional de alimentos e uma vasta gama de medicamentos, alíquota reduzida em 60% de IBS e CBS para diversos bens e serviços de consumo popular) e para grande parte da classe média, aumentou a justiça tributária, reduziu burocracia e complexidade e aumentou a transparência. A linha de atuação do nosso governo seguirá esses mesmos princípios e objetivos, reduzindo a carga tributária para quem pode pagar menos. Mantendo firme o compromisso com a responsabilidade fiscal, essa redução será compensada com cobranças de quem pode pagar mais e hoje não paga. A promoção da justiça tributária, por sua vez, será articulada com mais transparência e mais eficiência, preparando Minas e seus municípios para os desafios vindouros.

A principal mudança que a reforma tributária traz, no que diz respeito aos Estados, é o fim do ICMS, vindo a ser substituído pelo IBS. A substituição será progressiva, começando em 2029 até 2033. Com o fim do ICMS. O Estado perderá margens de ação fiscal que tem tido há muitos anos, uma vez que o dinheiro não vem diretamente para contas do Estados, indo primeiro para o Comitê Gestor do IBS. Um dos principais desafios do novo governo será preparar Minas Gerais para a transição rumo à substituição do ICMS pelo

IBS e para isso será imprescindível o apoio da gestão estadual para que os municípios se preparem para essa nova realidade tributária.

Propostas:

- Preparar Minas Gerais para a transição rumo à substituição do ICMS e do ISSQN pelo IBS.
- Atuar junto ao Comitê Gestor do IBS, criado com a reforma tributária, para assegurar os interesses de Minas Gerais – nos cálculos de repasse e em outras situações em que se faça necessária essa atuação.
- Atuar junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, criado com a reforma tributária, para assegurar os interesses de Minas Gerais.
- Construir, junto aos municípios e a entidades e fóruns de alcance regional, novas políticas de desenvolvimento regional, tendo em conta o novo papel do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.
- Trabalhar pela instituição de alíquotas progressivas no IPVA em Minas Gerais e instituir em lei estadual a cobrança de IPVA sobre embarcações e aeronaves.
- Trabalhar pela redução do ICMS, enquanto ele durar, sobre bens que compõem a cesta básica nacional, sobre bens ligados a cuidados básicos de saúde feminina e sobre bens em geral de higiene pessoal e de limpeza de uso massivo, conforme definições da reforma tributária.
- Trabalhar pela instituição de legislação que elimine o efeito da chamada "taxa rosa", isto é, preços distintos com base no gênero para produtos ou serviços que sejam substancialmente idênticos.
- Ampliar a transparência e controle social sobre os incentivos fiscais e instituir mecanismos de compensação aos municípios.
- Fortalecer o debate federativo, com participação municipal nas decisões;
- Fortalecer a atuação institucional das entidades municipalistas para defesa da recomposição das receitas.



DESENVOLVIMENTO REGIONAL, INTEGRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DE MINAS GERAIS

GOVERNADOR PATRUS 13
VICE JARBAS SOARES

Desenvolvimento e Integração Regional

Minas Gerais reúne uma extraordinária diversidade de territórios, vocações econômicas, identidades culturais e realidades sociais. Essa riqueza, no entanto, convive com profundas desigualdades entre as regiões, que limitam oportunidades e comprometem um desenvolvimento equilibrado. Superar esse quadro exige um Estado capaz de planejar o território de forma integrada, descentralizar decisões e investimentos e promover a expansão da infraestrutura e da mobilidade. Esse processo deve ser orientado pela participação social e pela escuta permanente da população, aproximando o governo das diferentes realidades e necessidades do povo mineiro.

Não é difícil constatar que uma boa parte dos principais problemas que afligem cidadãs e cidadãos de Minas ultrapassam os limites de um único município. Problemas como transporte e mobilidade, logística, saneamento, segurança, meio ambiente, emprego e renda, dentre tantos outros, somente podem ser enfrentados adequadamente se entendemos que eles nunca se restringem a um único município.

Nesse sentido, em conformidade com o segundo dos pilares mencionados logo na apresentação – participação popular, gestão democrática e descentralização administrativa –, uma descentralização administrativa apta a incrementar a participação popular estrutura transversalmente este plano de governo, materializando-se nas seguintes propostas:

- Inovar na criação de arranjos administrativos que permitam um olhar mais atento às especificidades locais e regionais, bem como viabilizem a reunião de capacidades locais e regionais de construção de soluções para seus desafios peculiares. Isso significa uma administração menos concentrada na região metropolitana de Belo Horizonte e arejada por instâncias de deliberação e planejamento intermediárias, isto é, menores que o estado, mas maiores do que um único município. Em termos mais concretos, essa proposta pode ser traduzida tanto na instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, já previstas na Constituição de Minas Gerais como possibilidade, quanto na formulação de novas formas de parceria administrativa local e regional, mais adequadas à dinâmica do nosso tempo, com pleno respeito às administrações municipais envolvidas e em diálogo constante com elas.
- Instituir uma Política Estadual de Desenvolvimento Regional, com planos específicos para cada território, integrando investimentos em infraestrutura, ciência, inovação, turismo, agroindústria, economia criativa e cadeias produtivas estratégicas, de acordo com as vocações e necessidades de cada região. Os planos regionais serão elaborados com participação dos municípios, universidades e institutos, setor produtivo e sociedade civil, para orientar as prioridades dos investimentos públicos.
- Articular os planos regionais a partir de uma visão integrada de Minas Gerais, considerando as relações econômicas, sociais e territoriais entre as diferentes regiões e suas conexões com os estados vizinhos, com a definição de um macrozoneamento estadual integrado de áreas de interesse ambiental, cultural, turístico e de áreas vulneráveis a impactos da mineração e da expansão urbana.
- Articular as políticas territoriais (regionais e urbanas), no sentido de melhor integração do território estadual, promovendo a melhoria da rede de acessibilidade, com destaque para a infraestrutura viária, contribuindo para uma melhor distribuição

da rede urbana e da população, evitando a aglomeração periférica nas grandes e médias cidades.

- Ampliar a integração territorial do estado, através da contínua ampliação e melhoria da rede de infraestrutura de transporte e comunicações.
- Fortalecimento institucional para o planejamento territorial de pequenos municípios com apoio para a elaboração de diagnósticos, Planos Diretores e Planos Clima.
- Ampliar a fiscalização das áreas de expansão urbana, protegendo o patrimônio histórico e ambiental estadual, preservando o perímetro da zona rural e identificando os territórios dos povos originários, tradicionais e de matriz africana.
- Fortalecer a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ARMBH) e a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço (ARMVA), visando consolidar os respectivos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado e garantir a compatibilização entre os planos diretores dos municípios que compõe as respectivas regiões metropolitanas.
- Consolidar a Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA) como espaço efetivo de planejamento e gestão integrada, atualizando e executando o PDDI; fortalecendo a Agência Metropolitana e o Conselho Metropolitano; e criando um Observatório Metropolitano e um sistema público de indicadores e investimentos.
- Criar mecanismos para distribuir novas atividades econômicas também pelos municípios do Colar Metropolitano da RMVA.

Mobilidade e Infraestrutura

Em um estado com a dimensão territorial de Minas Gerais, a qualidade das rodovias é decisiva para reduzir as desigualdades regionais, promover a integração do território, fortalecer a economia e garantir o direito de ir e vir. O Governo atuará para recuperar, modernizar e ampliar a qualidade da malha rodoviária estadual, priorizando a segurança viária, a manutenção da infraestrutura e a integração entre as diferentes regiões do estado.

Além disso, a recuperação de trechos ferroviários estratégicos, a implantação de terminais intermodais, a expansão do metrô de Belo Horizonte e o aproveitamento do transporte hidroviário devem integrar uma política voltada à diversificação da matriz de transportes, com foco no fortalecimento da infraestrutura e da logística estadual e na ampliação das opções de deslocamento de pessoas e mercadorias.

Propostas:

- Fortalecer a integração logística do estado, promovendo a conexão qualificada entre rodovias estaduais, ferrovias, aeroportos, plataformas logísticas e pólos regionais de produção, reduzindo custos de transporte e melhorando o acesso da população aos serviços públicos.
- Implantar um Programa Permanente de Recuperação e Conservação das Rodovias Estaduais, priorizando, com critérios técnicos e transparência, a recuperação do pavimento, da drenagem, das pontes, dos acostamentos e da sinalização.
- Ampliar a segurança da malha rodoviária estadual, eliminando pontos críticos de acidentes, reforçando a drenagem e a estabilidade de encostas.

- Ampliar a pavimentação e a recuperação de rodovias que conectam municípios, distritos e pólos regionais, fortalecendo a integração territorial, o acesso aos serviços públicos e o escoamento da produção.
- Modernizar a gestão da infraestrutura rodoviária por meio de inteligência artificial e sistemas inteligentes de transporte, com monitoramento em tempo real das condições das vias, informações aos usuários e resposta mais ágil a acidentes e eventos climáticos.
- Implantar o Bilhete Único Metropolitano e integrar os sistemas de transporte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, criando um sistema único de bilhetagem que permita ao passageiro utilizar, com o mesmo meio de pagamento, os ônibus metropolitanos, os sistemas municipais e o metrô, com integração tarifária entre eles.
- Estruturar um Sistema Metropolitano de Transporte e Trânsito, com planejamento regional, integração de linhas, bilhetagem, informação ao usuário, padrões de qualidade e mecanismos de financiamento. Paralelamente, deve ser desenvolvido estudo técnico, fiscal e institucional sobre políticas de redução tarifária, adotando um modelo progressivo de tarifa zero.
- Implantar na Região Metropolitana do Vale do Aço o Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo de Passageiros para superar a fragmentação atual dos sistemas municipais e intermunicipais, criando uma rede metropolitana integrada de transporte coletivo. Adoção de bilhetagem metropolitana integrada, com cartão e meios digitais aceitos em toda a rede.
- Ampliar e fortalecer as políticas de mobilidade acessível para estudantes e jovens trabalhadores, fortalecendo o transporte público e buscando reduzir o peso das tarifas sobre a renda das famílias.

Aeroportos

- Fortalecer os Aeroportos Regionais de Minas Gerais.
- Liderar, em parceria com o Governo Federal, municípios, setor empresarial e sociedade, uma estratégia de fortalecimento dos aeroportos regionais, com ampliação de destinos, aumento da frequência dos voos e estímulo à concorrência, integrando os equipamentos ao planejamento econômico e turístico das regiões..

Ferrovias

Minas Gerais possui a maior malha ferroviária do Brasil, com cerca de 5 mil quilômetros de ferrovias distribuídos por mais de 180 municípios, além de ocupar posição estratégica na logística nacional. Apesar desse potencial, a infraestrutura ferroviária permanece voltada ao transporte de cargas, especialmente o minério de ferro, enquanto os ramais regionais foram desativados e o transporte de passageiros praticamente desapareceu. Soma-se a isso, a dependência do transporte rodoviário, que eleva custos, reduz a competitividade da produção mineira e limita a mobilidade das pessoas.

Propostas:

- Instituir uma Política Estadual de Desenvolvimento Ferroviário, voltada à recuperação e ampliação da malha ferroviária, à integração logística e territorial do estado e à redução da dependência do transporte rodoviário.
- Promover, em articulação com a União, a ANTT e as concessionárias, a retomada do transporte regional de passageiros, o fortalecimento dos trens turísticos e a ampliação do transporte ferroviário da produção mineira, transformando a ferrovia em instrumento de desenvolvimento econômico e coesão territorial.

Infraestrutura para o desenvolvimento social e econômico

- Preservar as empresas públicas estratégicas, mantendo sob controle do Estado empresas como Cemig, Codemig e Codemge e outras estatais fundamentais ao desenvolvimento de Minas Gerais.
- Garantir que a Cemig permaneça sob o controle do Estado de Minas Gerais, preservando seu caráter de sociedade de economia mista e seu papel estratégico no fornecimento de energia para a maior parte dos municípios mineiros.
- Avaliar o processo de privatização da COPASA e atuar para que a prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento esteja sempre subordinada ao interesse público, à universalização do acesso e à redução das desigualdades regionais.
- Transformar o BDMG como Motor do Desenvolvimento e como indutor de crédito.
- Implantar e fortalecer o Programa Sol para Todos, financiando via BDMG energia solar para famílias de baixa renda e pequenos comércios.
- Posicionar Minas como Hub de Hidrogênio Verde (H2V) no Norte e Jequitinhonha.
- Promover linhas de crédito para consórcios intermunicipais e assessoria técnica para PPPs sem privatização predatória.
- Promover a Inovação e Crédito Social.
- Criar o Banco da Mulher Empreendedora Mineira, com microcrédito com juros zero ou subsidiados para mulheres chefes de família.



DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PARTICIPATIVO DE MINAS GERAIS

GOVERNADOR
PATRUS13
VICE JARBAS SOARES

O estabelecimento das prioridades e dos novos critérios redistributivos será construído coletivamente, por meio de processos que combinam métodos de planejamento e orçamento participativo, já amplamente conhecidos e consolidados, com novas tecnologias, privilegiando o diálogo e a escuta da população. A proposta é articular espaços permanentes de participação presencial e em plataformas digitais com soluções de inteligência artificial. A participação, portanto, será mais do que um instrumento de consulta eventual. Será uma forma e um método para construir, implementar e monitorar as políticas públicas. A gestão pública será orientada pela participação social, pela transparência, pelo uso estratégico de dados, pela inovação tecnológica e pela descentralização administrativa, fortalecendo a capacidade do Estado de planejar, executar e avaliar políticas públicas com eficiência, responsabilidade e compromisso com o interesse público.

- Promover um processo de regionalização e territorialização participativa, visando gerar reconhecimento dos grupos sociais organizados no território com os limites e instâncias administrativas das 66 microrregiões do estado, além dos territórios de povos e comunidades tradicionais.
- Realizar um processo de diálogo, levantamento e cadastro dos movimentos, coletivos e organizações da sociedade civil atuantes no estado, dividido entre microrregiões.
- Promover, a partir das microrregiões e territórios de povos e comunidades tradicionais, um processo de discussão participativa do Plano Plurianual de Ação Governamental, a fim de definir prioridades temáticas de investimento para a gestão.
- A partir das diretrizes estabelecidas no PPA Participativo, destinar, anualmente, ao menos 1% da Receita Corrente Líquida do estado, para um Orçamento Participativo Mineiro, focado em investimentos em infraestrutura regional.
- Viabilizar financiamentos de instâncias superiores e instituições financeiras para projetos escolhidos no OP que não se enquadrem na quantidade de recursos disponíveis.
- Implantar o Ciclo Estadual de Planejamento e Orçamento Participativo, com Conselhos Regionais de Planejamento Participativo que reúnam população, municípios e organizações da sociedade civil para definir prioridades de investimento, considerando as desigualdades territoriais de Minas.
- Criar o Portal Estadual de Participação e Monitoramento, em que a população possa apresentar propostas e prioridades regionais, acompanhar obras e investimentos pactuados e fiscalizar prazos e execução.
- Disponibilizar a estrutura das microrregiões, com a constituição de escritórios de projetos, voltados para fornecer apoio técnico para a população na construção de propostas para o OP.
- Criar um Fórum Interconselhos, com representação de todos os Conselhos criados para promover a permeabilidade das decisões de cada área.
- Inserir a juventude no Orçamento Participativo, permitindo que os jovens contribuam diretamente para definir parte dos investimentos estaduais destinados às políticas de juventude.
- Apoiar associações, coletivos, organizações da sociedade civil, empreendedores,

grupos culturais e demais iniciativas territoriais na ampliação de suas capacidades de gestão, planejamento, comunicação, articulação e desenvolvimento de projetos.

- Testar e implementar uma Plataforma Digital para disponibilizar e registrar informações dos Conselhos e possibilitar a interação entre conselheiros, cidadãos e técnicos e a participação remota nas reuniões.
- Possibilitar também por meio de Plataforma Digital a realização de Consultas Populares, Plebiscitos, Audiências Públicas e demais procedimentos previstos em lei.
- Implantar uma política de uso responsável da inteligência artificial na administração pública estadual, e ações visando automatizar processos administrativos repetitivos, reduzindo a burocracia, ampliando a eficiência da administração pública e agilizando/qualificando o atendimento ao cidadão, tais como o desenvolvimento de assistentes digitais e a disponibilização de aplicativos e outras ferramentas inteligentes para facilitar o acesso da população aos serviços do Estado.
- Ampliar a parceria com centros de pesquisa e universidades, integrar bases de dados e utilizar inteligência artificial para apoiar o planejamento governamental, a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, fortalecendo uma gestão baseada em evidências.



CULTURA

GOVERNADOR
PATRUS 13
VICE JARBAS SOARES

Minas Gerais é uma das grandes potências culturais e artísticas do Brasil. Sua força nasce da diversidade de seus territórios, das artes, das culturas populares e tradicionais, das culturas urbanas e periféricas, dos povos indígenas e comunidades quilombolas, das culturas afro-mineiras, do patrimônio e da memória, dos festivais, museus, arquivos, bibliotecas, espaços culturais, grupos, coletivos, artistas, técnicos e demais trabalhadores da cultura.

A cultura e as artes são direitos, dimensões da democracia, da liberdade e da soberania nacional e componentes da autonomia cultural de Minas Gerais. Cabe ao Estado assegurar liberdade de criação e expressão, diversidade cultural, autonomia artística, acesso, memória, fruição e circulação em todas as regiões e territórios.

Nosso governo tem como diretriz reconstruir a capacidade pública de formular, financiar, executar e avaliar políticas culturais, recuperar orçamento e institucionalidade, fortalecer a participação social e organizar políticas permanentes e territorializadas para as muitas Minas.

Propostas:

- Recriar a Secretaria de Estado de Cultura, preservando forte articulação entre as suas políticas sem subordinação administrativa, e recompor gradualmente a capacidade técnica da Secretaria, IEPHA-MG, Fundação Clóvis Salgado, FAOP e demais estruturas culturais, com valorização dos servidores e realização de concursos públicos quando necessários.
- Consolidar o Sistema Estadual de Cultura como política de Estado, articulando órgãos, fundações, Conselho Estadual de Política Cultural, conferências, fóruns, municípios, universidades, equipamentos, comunicação pública, financiamento, planejamento, orçamento e dados.
- Fortalecer o Fundo Estadual de Cultura, aperfeiçoar o Incentivo Fiscal à Cultura e articular a PNAB (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura) e demais recursos federais, com calendário previsível, transparência e critérios de desconcentração territorial.
- Requalificar a execução da PNAB em Minas. Reformular editais, qualificar critérios, ampliar a diversidade e a formação dos pareceristas, garantir avaliação plural, instância recursal distinta, transparência, acompanhamento e avaliação dos resultados.
- Formar consórcios para criação de fundos de cultura, leis de incentivo à cultura dos municípios consorciados, para produção local e itinerância entre os municípios do consórcio.
- Dar suporte técnico efetivo aos municípios para que executem a PNAB de forma ampla, transparente, democrática e competente.
- Articular orçamento estadual, Fundo Estadual de Cultura, Incentivo Fiscal, PNAB e demais fontes em um sistema permanente de financiamento, combinando editais com bolsas, prêmios, programas de ações continuadas, apoio plurianual e outros instrumentos adequados às diferentes necessidades da cultura e das artes.
- Fortalecer e democratizar o Incentivo Fiscal à Cultura e criar uma política estadual de apoio à captação, inclusive pela Lei Rouanet e outros mecanismos federais, com assistência técnica e aproximação entre agentes culturais, empresas e instituições, especialmente no interior.

- Fortalecer a Política Estadual de Cultura Viva em Minas Gerais, através dos Pontos e Pontões de Cultura, desenvolvendo a política de base cultura comunitária ancorada no território.
- Valorizar culturas populares e tradicionais, culturas urbanas e periféricas, culturas afro-mineiras, indígenas e quilombolas, respeitando autonomia, identidade e formas próprias de organização.
- Instituir uma Política Estadual das Artes, articulada às políticas nacionais da área, com instrumentos permanentes para teatro, dança, circo, música, literatura, artes visuais e outras linguagens, apoiando criação, pesquisa, experimentação, produção, formação, difusão, memória, circulação e internacionalização.
- Articular cultura e educação, fortalecendo escolas como espaços culturais e ampliando formação artística, técnica e profissional por meio de UEMG, Unimontes, demais universidades públicas e Institutos Federais e Escolas Livres de Arte e Cultura, com prioridade para territórios de menor oferta formativa.
- Fortalecer a política do livro, leitura e bibliotecas, ampliando acervos físicos e digitais, acessibilidade, espaços de leitura, circulação de autores e obras mineiras e formação de leitores e públicos.
- Estímulo à formação de cine clubes e clubes de leitura nos espaços culturais públicos existentes no Estado.
- Articular bibliotecas públicas e comunitárias, escolas, municípios, equipamentos culturais e comunicação pública, com prioridade para territórios de menor oferta cultural.
- Valorizar editoras, livrarias independentes, feiras literárias e iniciativas de mediação e circulação da produção literária mineira.
- Retomar e atualizar o Música Minas como instrumento estratégico de circulação, intercâmbio e projeção da música produzida no Estado.
- Reestruturar a Empresa Mineira de Comunicação e fortalecer Rede Minas e Rádio Inconfidência como infraestrutura pública de cultura, memória, produção e circulação, com valorização de seus quadros, coproduções com Pontos de Cultura, comunidades, universidades e produtores independentes, editais de produção audiovisual e radiofônica, acervo digital e mecanismos autorizados de retransmissão em redes públicas, comunitárias e digitais.
- Fortalecer o IEPHA-MG, o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural, museus, arquivos, acervos e a proteção do patrimônio material e imaterial, com recomposição técnica, digitalização, prevenção de riscos climáticos, valorização do Patrimônio Vivo e integração entre memória, educação, circulação e desenvolvimento territorial.
- Apoio para a Restauração dos prédios públicos estaduais com destinação a atividades culturais, a exemplo dos Palacete Dantas, Solar Narbona, Casa do Patrimônio de MG, antiga sede do DETRAN e Memorial dos Direitos Humanos.
- Atuar para a salvaguarda do Patrimônio e Capelas do Rosário, via IEPHA-MG (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) para o tombamento e inventário dos Quilombos e Capelas do Rosário dos Homens Pretos, garantindo um protocolo estadual de livre acesso e preservação dos espaços sagrados e de Reinado.

- Instituir uma política estadual permanente para o Carnaval e as festas populares, com linha anual de fomento e calendário antecipado, salvaguarda de agremiações e saberes, integração com cultura alimentar, agricultura familiar, cooperativismo e economia local.
- Tratar o audiovisual como setor estratégico de criação, trabalho, inovação, desenvolvimento e projeção de Minas Gerais, reconhecendo sua capacidade de mobilizar uma ampla cadeia cultural, tecnológica e econômica.
- Retomar a articulação permanente do setor audiovisual mineiro, reunindo Governo do Estado, produtores e realizadores, municípios e consórcios municipais, universidades, iniciativa privada, festivais e demais instituições, como base para a construção de uma política de longo prazo.
- Fortalecimento dos polos mineiros de audiovisual como os de Belo Horizonte, Uberlândia, Juiz de Fora, Contagem, Montes Claros e Cataguases.
- Desenvolver políticas para cultura digital e games, apoiando criação, formação, experimentação, pesquisa, preservação digital, novas mídias e circulação em ambientes digitais, com articulação entre cultura, ciência, tecnologia e educação.
- Criar um programa de trabalho conjunto entre as Secretaria de Cultura e de Ciência e Tecnologia e parques tecnológicos sediados no estado, visando a apropriação de novas técnicas e novos processos em atividades da economia criativa, formação de bancos de dados e capacitação profissional de jovens.
- Valorizar e promover a cultura alimentar mineira, reconhecendo modos de produzir, preparar e compartilhar alimentos como patrimônio cultural e articulando cozinhas regionais, feiras, festas, agricultores familiares, mestres e mestras da cultura alimentar, povos e comunidades tradicionais e economia territorial.
- Retomar e fortalecer o BDMG Cultural.
- Fortalecer a economia da cultura com fomento, assistência técnica, crédito, microcrédito e capital de giro por meio do BDMG e de outros instrumentos públicos adequados, apoio a pequenos negócios, cooperativas e cadeias de grande capilaridade territorial, com políticas e instrumentos específicos para artesanato, moda, música, audiovisual, culturas populares, design e outras atividades culturais.
- Criar linhas de financiamento para atividades da economia criativa através do BDMG - linhas não reembolsáveis, linhas reembolsáveis e linhas complementares a financiamentos coletivos.
- Promover a internacionalização da produção mineira e assegurar governança transparente dos patrocínios e investimentos de empresas controladas pelo Estado.
- Adotar como princípio transversal a retenção de valor nos territórios, ampliando o controle dos criadores e comunidades sobre meios de produção, direitos, dados, acervos, conhecimento e canais de circulação, para que o recurso público deixe capacidade instalada e fortaleça a autonomia cultural e econômica após cada ação.



TURISMO, ESPORTE E LAZER

GOVERNADOR PATRUS 13
VICE JARBAS SOARES

Turismo

Minas Gerais constitui-se como um dos maiores emissores e receptores de turistas nacionais, revelando a importância dos estados mais populosos e economicamente dinâmicos na geração de fluxos turísticos domésticos. Do ponto de vista do turismo internacional, tem uma importância estratégica, embora ainda subaproveitada.

A relevância do estado de Minas Gerais para o turismo resulta de produtos turísticos singulares com uma narrativa que conjuga: história colonial, barroco, arte contemporânea, montanhas, gastronomia, cidades históricas, literárias e cultura interiorana. Com enorme diversidade de atrativos em suas diferentes regiões que revelam paisagens, patrimônio histórico e cultural, religiosidade, festas e modos de vida únicos, o turismo passa a ser um alicerce para o desenvolvimento local e regional.

A capacidade do turismo em proporcionar emprego e renda é conhecida, bem como seu efeito multiplicador e sua permeabilidade, dentro do tecido social e econômico, para impulsionar outros setores econômicos. Desta forma, o turismo deve ser tratado como política de desenvolvimento regional sustentável, capaz de conjugar a preservação e promoção do patrimônio, manter as características de seu território, mas também gerar oportunidades de desenvolvimento econômico e humano à sua população.

Para isso, é necessário fortalecer a capacidade do Estado de articular os municípios, integrar os diferentes setores econômicos e promover uma atuação coordenada nos territórios, transformando as vocações regionais em produtos turísticos competitivos e sustentáveis, capazes de gerar maior permanência e circulação de renda em Minas Gerais.

Proposta:

- Fortalecer e regionalizar a Política Estadual de Turismo, ampliando a capacidade de coordenação do Governo de Minas e aproximando sua atuação dos municípios. Estabelecer uma agenda permanente de diálogo e cooperação com os secretários e gestores municipais de turismo, apoiando-os na formulação de políticas, na estruturação de produtos e destinos, na captação de investimentos e na integração das ações estaduais e municipais.
- Promover uma agenda multissetorial para o desenvolvimento do turismo, articulando turismo com cultura, patrimônio, meio ambiente, agricultura familiar, desenvolvimento econômico, economia criativa, infraestrutura, mobilidade, educação, qualificação profissional, economia criativa e políticas de desenvolvimento regional.
- Aproximar o poder público, empresas, entidades empresariais, instituições de ensino e pesquisa, organizações da sociedade civil e comunidades para construir soluções e projetos capazes de elevar a competitividade dos destinos mineiros.
- Fortalecer o turismo cultural, histórico, rural, gastronômico, religioso, de natureza, literário e das artes, e de base comunitária, articulando patrimônio e memória, conservação ambiental, economia criativa, agricultura familiar e produção local, para ampliar e fazer com que a renda gerada pelo turismo permaneça nos municípios e territórios.
- Fortalecer a cadeia produtiva do turismo como estratégia de geração de trabalho para a comunidade local e geração de renda, apoiando pequenos negócios, empreendedores individuais, cooperativas e iniciativas da economia solidária

ligadas à hospedagem, gastronomia, artesanato, produção cultural, comércio, transporte e serviços turísticos.

- Articular qualificação profissional, acesso ao crédito, apoio à comercialização e incentivo à produção local, fortalecendo as vocações regionais e ampliando a geração e a circulação de renda gerada pelo turismo nos territórios.
- Ampliar a promoção de Minas Gerais, fortalecendo a presença do estado em feiras de turismo e a divulgação de seus principais destinos, incluindo os patrimônios reconhecidos pela UNESCO, como Ouro Preto, Congonhas, Diamantina e Pampulha, entre outros, para atrair mais visitantes e fortalecer o estado como destino turístico no Brasil e no exterior.

Esporte e Lazer

O esporte e o lazer são direitos sociais e devem fazer parte da vida de todas as pessoas, contribuindo para a qualidade de vida e a promoção da saúde. Nossa política será para toda a população, em todas as regiões de Minas Gerais, atenta às diferentes condições de vida e comprometida com a inclusão de grupos que enfrentam barreiras estruturais de acesso.

Para ampliar as oportunidades de acesso e de prática esportiva e de lazer, essa política será desenvolvida de forma integrada às áreas de Educação, Saúde, Cultura, Assistência Social, Segurança Pública, Turismo, Economia e Meio Ambiente.

Propostas:

- Instituir o Plano Estadual de Esporte e Lazer, construído em diálogo com os municípios, a sociedade civil, entidades representativas e universidades e articulado ao Sistema Nacional do Esporte. O Plano terá três pilares fundamentais: a formação esportiva e o esporte educacional, o esporte de rendimento e a ampliação e modernização dos equipamentos públicos de esporte e lazer.
- Integrar as escolas à Política Estadual de Esporte e Lazer, utilizando e ampliando o uso de quadras, ginásios e outros espaços escolares para atividades esportivas e de lazer.
- Ampliar a parceria com escolas estaduais, universidades e instituições de ensino superior públicas e privadas, especialmente na realização e expansão dos Jogos do Interior e de outras competições escolares e universitárias.
- Implantar programas de esporte e lazer em parceria com os municípios, com Polos Comunitários de Esporte e Lazer, programas voltados às famílias e Núcleos de Aprendizagem e Formação Esportiva, ampliando a oferta de atividades nos diferentes territórios.
- Recuperar o conceito do direito ao brincar e incentivar atividades físicas desde a primeira infância, estimulando projetos em praças, parques e espaços públicos, além de iniciativas como o fechamento de ruas aos finais de semana para atividades esportivas, recreativas e culturais.

- Criar Centros Regionais de Treinamento Esportivo, distribuídos pelas diferentes regiões do estado, para apoiar a formação e o desenvolvimento de atletas e paratletas, atendendo seus níveis de excelência.
- Estabelecer parcerias com universidades, institutos federais, Sistema S, clubes e outras instituições, ampliando a oferta de espaços, equipamentos e ações de esporte e lazer em todas as regiões do estado.
- Garantir uma política inclusiva de esporte e lazer, com a elaboração de planos específicos de ações para pessoas com deficiência e neurodivergentes, idosos, povos indígenas, comunidades quilombolas, população LGBTQIA+ e pessoas em situação de rua e privadas de liberdade, considerando as necessidades, características e formas de participação de cada grupo.
- Preservar a memória do esporte mineiro, com a revitalização do Centro de Memória e Informação do Esporte de Minas Gerais (CIMIE), e organizar um calendário estadual de eventos de esporte e lazer.
- Esporte e lazer para pessoas idosas: ampliar, em parceria com os municípios, programas regulares de esporte, lazer e atividades físicas para pessoas idosas, com oferta adequada às diferentes condições de saúde e autonomia, promovendo o envelhecimento ativo, a qualidade de vida, a autonomia e a participação social.
- Esporte e lazer para as Juventudes: ampliar programas de esporte e lazer para jovens de 15 a 29 anos, com oferta regular e gratuita de diferentes modalidades esportivas, atividades de lazer e formação esportiva, especialmente nos territórios mais vulnerabilizados. Articular essas ações às políticas de educação, cultura, saúde e assistência social, promovendo qualidade de vida, inclusão, prevenção da violência e ampliação de oportunidades para as juventudes.
- Fortalecer os programas de incentivo ao esporte amador, às modalidades olímpicas e paraolímpicas, ao skate, às danças urbanas, às práticas esportivas comunitárias e às novas formas de lazer e expressão da juventude, apoiando atletas, coletivos e iniciativas locais.
- Fortalecer e ampliar mecanismos de apoio a atletas e técnicos, incluindo a busca por recursos e parcerias com o Governo Federal.
- Atuar de forma estruturada na captação de recursos junto ao Ministério do Esporte, apresentando projetos consistentes e articulando Estado, municípios, clubes, federações, universidades e organizações da sociedade civil.



PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DA IGUALDADE

GOVERNADOR
PATRUS 13
VICE JARBAS SOARES

As desigualdades sociais não atuam de forma isolada. Marcadores sociais como gênero, raça, etnia, classe e condição socioeconômica, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência, idade, território, religião e pertencimento a povos e comunidades tradicionais e outras dimensões se combinam e fazem com que as pessoas enfrentem obstáculos diferentes no acesso a direitos e oportunidades. Por isso, as políticas públicas não podem tratar essas desigualdades separadamente. É preciso compreender como elas se somam na vida das pessoas, para que as ações do Estado sejam mais justas, eficazes e capazes de reduzir desigualdades de forma duradoura e garantir os direitos humanos. Nessa perspectiva, temos como proposta:

- Criar o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, com metas de enfrentamento ao racismo e ações de valorização da história, da memória e da cultura afro-brasileira e indígena.
- Fortalecer e executar a Política Estadual de Proteção dos Povos Indígenas. Cooperar com a União na proteção e regularização dos territórios indígenas, assegurando políticas estaduais de saúde, educação, infraestrutura, segurança e valorização das culturas indígenas.
- Fortalecer e executar a Política Estadual de Promoção dos Direitos das Comunidades Tradicionais e Quilombolas, articulando ações de regularização fundiária em cooperação com a União, desenvolvimento sustentável, educação, saúde, cultura, infraestrutura, segurança alimentar e apoio à produção, com participação permanente das comunidades.
- Implementar uma Política Estadual Integrada para as Mulheres, fortalecendo a prevenção e o enfrentamento à violência de gênero e contra as mulheres, promovendo a autonomia financeira por meio da qualificação profissional e da inclusão produtiva, expandir as políticas de cuidado e promover a equidade de gênero.
- Apoiar e ampliar projetos de grupos reflexivos e de responsabilização e reeducação de homens autores de violência, promovendo uma cultura de respeito aos direitos humanos e de enfrentamento à violência contra as mulheres.
- Construir uma política estadual de prevenção primária da violência, começando pela educação. Promover e ensinar a Lei Maria da Penha no espaço escolar com o intuito de formar uma geração de homens que reconheça mulheres como iguais e rejeite a violência como forma de exercício de poder.
- Fortalecer a política estadual de garantia dos direitos da pessoa idosa, articulando a rede de proteção para prevenir e enfrentar violências, abandono, negligência e discriminação, assegurar atendimento às vítimas e promover autonomia, convivência familiar e comunitária e participação social.
- Realizar campanhas permanentes de enfrentamento da violência contra pessoas idosas, com atenção à prevenção e ao enfrentamento de golpes financeiros e demais formas de violência patrimonial, em parceria com instituições e organizações do setor bancário, financeiro, de mobilidade urbana, de saúde e educação.
- Criar o Plano Estadual pela Primeira Infância, fortalecendo as políticas públicas voltadas a assegurar a proteção integral e a efetividade de direitos das crianças em todo o estado.

- Fortalecer a Política Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, garantindo acessibilidade, inclusão e participação social e ampliando o acesso à educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, mobilidade e demais serviços públicos, com atenção às diferentes deficiências e à autonomia das pessoas.
- Promover o fortalecimento de projetos e espaços voltados à inclusão social, à promoção do protagonismo e dos direitos de pessoas com Transtorno do Espectro Autista e ao apoio a seus familiares.
- Apoiar políticas voltadas para pais e mães atípicos, tais como flexibilidade no trabalho, acesso à saúde mental e a uma rede pública que simplifique a rotina da família.
- Garantir a acessibilidade nos serviços públicos às pessoas falantes de libras por via da ampliação e divulgação da central de libras.
- Fortalecer a política estadual de promoção e defesa dos direitos da população LGBTQIA+, ampliando a rede de proteção e enfrentamento à violência e à discriminação e garantindo acesso, sem preconceito, aos serviços públicos e às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho e segurança
- Criar e executar o Plano Estadual das Juventudes articulando educação, cultura, esporte, qualificação profissional, cuidado psicossocial, primeiro emprego, com fortalecimento dos Conselhos de Juventude e dos equipamentos públicos voltados aos jovens.
- Implementar políticas de atenção à saúde mental, com espaços terapêuticos, acompanhamento psicológico individual e em grupo, e articulação com a rede de atenção psicossocial (CAPS) do território, com escuta qualificada para sofrimentos ligados ao racismo, à LGBTfobia, à violência de gênero e ao abandono familiar.
- Criar programas específicos, institucionalizados e laicos para tratamento da dependência química, com abordagem de redução de danos, comunidades terapêuticas voluntárias, integrado ao SUS e ao SUAS.
- Implantar a Ouvidoria Estadual de Direitos Humanos para a promoção do acesso à informação sobre direitos, o recebimento e a tratativa integrada de denúncias e o fortalecimento de iniciativas de atendimento e apoio para o acesso a direitos, articulando a resposta estatal no contexto de enfrentamento do cenário de violências no estado.
- Garantir o funcionamento e ampliar o atendimento dos programas de proteção em direitos humanos.
- Fortalecer os Centros de Referência de Direitos Humanos para promover a interiorização das políticas de Direitos Humanos, a articulação de iniciativas regionalizadas de promoção dos direitos humanos e a capilaridade do atendimento e da escuta de demandas sociais.
- Implantação de núcleos e projetos de Justiça Restaurativa em conflitos fundiários, ambientais e urbanos e nas escolas estaduais, com atenção especial às unidades que apresentem maior incidência de violência, discriminação, intimidação sistemática, conflitos comunitários ou abandono escolar.
- Garantir os direitos das populações atingidas por crimes socioambientais decorrentes da atividade minerária, fortalecendo a atuação do Estado para assegurar a reparação integral e a justa indenização pelos responsáveis, bem como atendimento integral, acompanhamento permanente de saúde, proteção social e recuperação das condições de vida nos territórios afetados.

- Implementar uma política estadual de prevenção e enfrentamento ao trabalho escravo, com proteção e garantia de direitos às vítimas.
- Desenvolver ações de apoio e fortalecimento da atuação de conselhos tutelares para assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes no estado.
- Criar e executar programa estadual de formação de defensores populares de direitos humanos.
- Promover ações para preservar a vida e a dignidade de pessoas encarceradas.
- Implantar uma política integrada e multiprofissional de ressocialização para o sistema penal de Minas Gerais, com recorte explícito de raça, etnia, gênero, geração, orientação sexual, identidade de gênero e gestação.
- Fortalecer e ampliar o Programa Estadual de Apoio ao Egresso do sistema prisional, com equipes multiprofissionais dedicadas ao acompanhamento pós-prisão, articuladas com a rede de assistência social, saúde, educação e trabalho dos municípios.
- Garantir vagas em casas de acolhimento para egressos sem moradia.
- Garantir a gestão pública das medidas socioeducativas, preservando a responsabilidade direta do Estado pela execução da política e pelo atendimento aos adolescentes.
- Fortalecer ações, projetos de atenção e acolhida às pessoas migrantes e refugiadas, assegurando a atenção aos contextos de migração e refúgio em políticas de saúde, educação, trabalho, cultura e habitação, dentre outras, e promovendo a integração e o exercício de direitos, em cooperação com a União e em articulação com os municípios.

Conclusão

Minas Gerais: riqueza que precisa se transformar em vida digna

O Brasil ainda tem uma grande dívida com o seu povo. Somos um país de dimensões continentais, de enorme diversidade cultural e ambiental, de extraordinária riqueza natural e de uma população marcada pela criatividade, pelo trabalho e pela capacidade de construir alternativas mesmo diante das adversidades. Temos potencialidades imensas, mas convivemos, há décadas, com desigualdades profundas que impedem que essa riqueza se transforme em bem-estar e direitos para todas e todos.

Minas Gerais expressa, de maneira particularmente forte, essa contradição. Somos um estado de enorme riqueza econômica, cultural, ambiental e humana. Temos uma história construída pelo trabalho de diferentes povos e comunidades, uma extraordinária diversidade de territórios e paisagens, recursos naturais abundantes, universidades e centros de produção de conhecimento, uma economia diversificada e uma população que produz, cria e transforma, mas essa riqueza não chega da mesma maneira a todas as pessoas. Persistem desigualdades sociais, territoriais e econômicas que se expressam no acesso à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho digno, à cultura, ao saneamento, à mobilidade, à proteção ambiental e às oportunidades. Há territórios que concentram investimentos e infraestrutura enquanto outros permanecem historicamente à margem das políticas públicas e das possibilidades de desenvolvimento.

É preciso, portanto, ampliar o sentido de desenvolvimento. Desenvolvimento só faz sentido quando se traduz em melhoria concreta da vida das pessoas; quando amplia direitos, reduz desigualdades, protege o meio ambiente, cria oportunidades e permite que cada pessoa possa viver com dignidade, liberdade e esperança.

Minas tem recursos. Tem conhecimento. Tem universidades, ciência, tecnologia e inovação. Tem uma população trabalhadora e criativa. Tem uma enorme diversidade cultural e ambiental. Tem capacidade de produzir riqueza e de construir soluções para os desafios do presente. O que precisamos é colocar tudo isso a serviço de um projeto de desenvolvimento que tenha as pessoas no centro das escolhas. Um projeto que enfrente as desigualdades históricas sem abrir mão da sustentabilidade. Que reconheça a diversidade dos territórios mineiros e valorize suas diferentes formas de produzir, viver e criar. Que compreenda que justiça social e justiça ambiental caminham juntas. Que invista em educação, ciência, cultura, saúde, trabalho, inovação e proteção dos nossos bens comuns.

A riqueza de Minas Gerais precisa se transformar em direitos, oportunidades e qualidade de vida. Ela depende da participação de quem vive os diferentes territórios de Minas, conhece seus desafios, produz, trabalha, pesquisa, empreende, educa, cuida, cria e acredita que é possível fazer diferente. É hora de construirmos juntos esse projeto para

Minas Gerais. Um projeto aberto ao diálogo, à diversidade de ideias e à participação de todas e todos que querem contribuir para um estado mais justo, sustentável, inovador e capaz de oferecer uma vida digna às pessoas

Agradecimentos

Este Plano de Governo é resultado de uma construção coletiva, que reuniu professores, especialistas, servidores públicos, movimentos sociais, militantes e representantes de diferentes setores da sociedade civil em torno de um propósito comum: construir uma Minas Gerais mais justa, menos desigual e com oportunidades. Nosso agradecimento a todas e todos que dedicaram tempo, conhecimento e experiência a esse processo. Vamos juntos tornar essas propostas uma realidade de futuro para Minas Gerais


13
GOVERNADOR
PATRUS
VICE JARBAS SOARES